

INTRODUÇÃO: A GEOGRAFIA, O PENSAMENTO E A PRÁXIS LIBERTÁRIOS E A CIDADE – ENCONTROS, DESENCONTROS E REENCONTROS*

MARCELO LOPES DE SOUZA
Universidade Federal do Rio de Janeiro
mlopesdesouza@terra.com.br

UM INTRÓITO EM DOIS TEMPOS

Quem são os “libertários”?

É muito comum entender “libertário” como sinônimo de “anarquista”. Historicamente, trata-se de uma interpretação justificável, afinal, os termos “anarquista” e “libertário” têm andado de mãos dadas desde o século XIX. É costume os franceses atribuírem a cunhagem da palavra “*libertaire*” ao anarquista Joseph Déjacque, em um panfleto datado de 1857. Pode-se afirmar, com segurança, que, desde meados do século retrasado, e começando pela França, “libertário” é um qualificativo que esteve, principalmente nas línguas neolatinas, vinculado ao movimento anarquista.

Porém, hoje em dia, essa tradição de tomar como equivalentes “libertário” e “anarquista” deve ser vista como muito restritiva. Entendidos de maneira ampla e generosa, o pensamento e as práticas políticas dos libertários constituem e sempre constituíram, por assim dizer, uma “família” relativamente heterogênea de correntes e subcorrentes. Como em toda família, também aí houve e há divergências e até mesmo rusgas. Existe, não obstante, um forte elemento comum: uma postura ao mesmo tempo anticapitalista e de oposição ao marxismo-leninismo, devido a seus elementos autoritários e conservadores.

* O presente texto é uma versão modificada, aprimorada e ampliada do artigo “Uma Geografia marginal e sua atualidade: A *linhagem libertária*”, que serviu de base para a fala de abertura do Primeiro Colóquio Território Autônomo (Rio de Janeiro, UFRJ, outubro de 2010), e foi disponibilizado no *site* do evento (<http://territorioautonomo.files.wordpress.com/2010/10/uma-geografia-marginal-e-sua-atualidade2.pdf>).

A “família” libertária compreende, sobretudo, o anarquismo clássico e suas vertentes específicas (o “mutualismo”, inspirado em Proudhon, a intuição e o exemplo, de Bakunin, o “comunismo libertário”, de Kropotkin, o anarcossindicalismo etc.), os neonanarquistas (que, como Murray Bookchin, buscaram e vêm buscando, desde a segunda metade do século passado, renovar a tradição) e o pensamento autonomista (explicitamente crítico do anarquismo clássico em alguns pontos, trata-se de uma vertente que teve como principal formulador, no terreno da Filosofia Política, o pensador greco-francês Cornelius Castoriadis). Entendido em sentido amplo e não sectário, portanto, o pensamento libertário compreende uma multiplicidade de correntes e perspectivas, do anarquismo clássico ao autonomismo.

Além do mais, é essencial registrar que a renovação e a atualização do pensamento libertário, nas últimas décadas, não é algo que tenha sido feito apenas por pensadores europeus ou estadunidenses. Inspirados por alguns dos movimentos sociais mais importantes dos últimos anos – zapatistas, *piqueteros* etc. –, intelectuais e ativistas latino-americanos, do *Subcomandante Insurgente* Marcos a Raúl Zibechi, têm oferecido contribuições relevantes para se pensar o valor de certas ideias – como *autonomía*/autonomia – e, inclusive, como no caso de Zibechi, também a relevância da dimensão espacial nos processos de transformação social.

Sem querer, portanto, de modo algum negar ou subestimar a importância histórica do anarquismo clássico, notadamente em sua matriz europeia, para a constituição do pensamento libertário,¹ forçoso se faz reconhecer que, atualmente, em face da crise do marxismo e, ao mesmo tempo, do agravamento das contradições do capitalismo (“lado escuro” da globalização capitalista, crises e [hiper]precarização do mundo do trabalho, militarização da sociedade e do espaço, “novas guerras”...), o pensamento e as práticas anti-heterônomos teimam em renascer em vários lugares, sob diversas formas, mas tendo em comum certos modos e dinâmicas organizacionais (horizontalidade, princípios auto-gestionários) e valores antiestatistas/antiestadocêntricos.

¹ Note-se, aliás, que “clássico” não é um termo depreciativo. O que queremos dizer quando nos referimos a uma obra ou um autor como sendo “clássico”? Que a obra ou o autor em questão continuam importantes e inspiradores, ainda que se tenham passado décadas, séculos ou até mesmo milênios desde que a obra foi escrita ou o autor andou sobre a Terra. É precisamente isso que acontece com Proudhon, Bakunin, Reclus, Kropotkin, Malatesta etc. e suas respectivas obras.

Crise no pensamento crítico como um todo... ou crise no pensamento marxista?

Os marxistas têm de forma persistente buscado entender (e fazer todos entenderem) a história do movimento operário como se ela tivesse sido a história do marxismo, e como se a história do pensamento crítico tivesse sido a história do pensamento marxista. Sobre o quanto de erro e impostura reside nessa pretensão, Cornelius Castoriadis já discorreu à saciedade (ver, especialmente, CASTORIADIS, 1985). O fato, de todo modo, é que, com base nessa pretensão, a presente crise do pensamento marxista – que já se arrasta há algumas décadas – é apresentada, pelos marxistas remanescentes, como uma crise do pensamento crítico em si.

É evidente que existem muitos problemas em nossa “era do conformismo generalizado” – o que, aliás, em larga medida justifica essa expressão e a análise subjacente de Castoriadis (CASTORIADIS, 1990). Não obstante, também há vários novos movimentos emancipatórios importantes e um número não de todo desprezível de pensadores críticos radicais. Em grande parte, é uma questão de para onde se olha. De fato, se, eurocentricamente, limitarmos o nosso “horizonte geográfico” à Europa e aos EUA, será preciso dar razão a Marianne Gronemeyer, quando diz que “[h]oje em dia, falar de movimentos sociais significa falar de sua crise, ou mesmo de seu dilema, e não de esperança ou entusiasmo” (GRONEMEYER, 2005, p. 9). Se bem que, mesmo lá, várias coisas relevantes continuam acontecendo, às vezes debaixo da superfície; será que filtros ideológicos e teóricos não estão dificultando que as novas formas de resistência e insurgência sejam adequadamente reconhecidas e aquilataadas?

É, todavia, ao considerar a América Latina, que mais se faz necessário relativizar um pouco (sem duvidar de sua validade geral) a suprarreferida tese acerca do conformismo – o qual, ainda que “generalizado”, não é, por isso, absoluto (SOUZA, 2006b, p. 331). Certamente, algo parece tender a escapar, ao menos em grande parte, mesmo a alguns importantes intelectuais. E escapa tanto mais quanto se leva em conta que o que merece atenção particular são aqueles movimentos sociais que pouco ou nada têm a ver com a “classe operária” em um sentido marxista convencional (trabalhadores, em especial aqueles empregados na indústria, que realizam, como assalariados, um “trabalho produtivo”, e dos quais se extrai a mais-valia), ou com as suas organizações de classe mais tradicionais (os sindicatos – e também, de um ponto de vista leninista, os par-

tidos de tipo bolchevique). Falamos dos movimentos animados por trabalhadores informais, “hiperprecários”, tradicional e chamados, pejorativamente, de “lumpemproletários” pelos marxistas (SOUZA, 2008, p. 130-132, nota 38 e 2009, p. 27-28, 46-47, nota 1), dos desempregados crônicos, como os *piqueteros* argentinos, os sem-teto brasileiros; ou, ainda, dos camponeses e/ou indígenas (e não seja esquecido o usual menoscabo votado pelo pensamento marxiano e marxista ao campesinato, a despeito de certas concessões tardias de Marx e dos malabarismos de certos teóricos e estrategistas), dos sem-terra brasileiros aos zapatistas mexicanos. Há, nesses novos movimentos emancipatórios latino-americanos, uma nova *práxis* e toda uma nova valorização de práticas espaciais insurgentes. A despeito da presença de alguns nítidos elementos discursivos e organizacionais marxistas nas organizações de alguns desses movimentos (por exemplo, no que se refere aos sem-terra, no MST) – o que mostra que vários deles são, no fundo, um tanto híbridos –, isso não elimina o fato de que há esforços conscientes, em não poucos casos, para se superar o autoritarismo e a “verticalidade” (ou seja, o leninismo e mesmo o marxismo, em um sentido profundo).

Novos movimentos sociais têm emergido desde os anos de 1990, e a crise do marxismo tem levado a uma situação embaraçosa: ou os marxistas se isolam em si mesmos (por exemplo, criticando e rejeitando tudo o que não se adequar aos seus padrões, como têm feito alguns espécimes remanescentes de um trotskismo fossilizado), ou eles tentam adaptar-se, da maneira que podem, à nova situação – às vezes adotando um discurso reformista (e, com isso, justiça seja feita, tornando-se cada vez mais distantes do próprio Marx), às vezes adotando elementos do repertório libertário (como Henri Lefebvre e outros já haviam tentado nos anos 60, a propósito da ideia de autogestão). É compreensível. Eles tentam sobreviver, na academia e no mundo da militância. Jamais admitirão, mas sua situação é desesperadora. É suficiente ler o importante e admiravelmente bem escrito livro que é *The End of Utopia*, de Russell Jacoby (2000), para perceber a profunda melancolia que governa os corações e mentes marxistas, muito especialmente no Hemisfério Norte. Na América Latina, uma base social bem diferente ainda provê alimento para umas tantas ilusões e umas tantas deformações, muito embora também seja esse continente, o palco dos melhores contraexemplos e desafios lançados ao pensamento e às práticas marxistas. Recentemente criaram, até mesmo, um oxímoro: “marxismo autô-

nomo” (“*autonomous marxism*”), designando com isso os enfoques cultivados por autores como John Holloway e Antonio (“Toni”) Negri. Isso para não falar de uma expressão talvez ainda mais problemática e ardilosa, “marxismo libertário”.²

Não deve haver dúvida de que um diálogo construtivo com o marxismo heterodoxo e não leninista remanescente é intelectual e politicamente defensável. Não obstante, as particularidades e a originalidade libertárias necessitam ser sublinhadas e reconhecidas. No que tange à pesquisa sócio-espacial, aí incluído o campo disciplinar chamado de Geografia, reclamar esse reconhecimento é a tarefa específica deste texto introdutório, no qual as temáticas da

² Holloway obteve um considerável sucesso de público, no início da década passada, com a tese do “mudar o mundo sem tomar o poder” (HOLLOWAY, 2005); “esqueceu-se”, porém, de reconhecer que essa fórmula nada tem de original, tendo sido esse precisamente o espírito representado e defendido pioneiramente pelos anarquistas clássicos desde meados do século XIX. Tentar apropriar-se desse espírito, como se ele se coadunasse perfeitamente com a índole secularmente estadocêntrica do marxismo, sem dar o devido crédito ao pensamento libertário, não é outra coisa que uma contrafação. E uma contrafação, ainda por cima, desatualizada, uma vez que Holloway nem sequer avança verdadeiramente para além da visão demasiado simplificada dos anarquistas clássicos a propósito da ideia de “poder”, simplificação essa que já mereceu ressalvas contundentes e convincentes por parte de libertários da segunda metade do século XX, como o neoanarquista Murray Bookchin e, principalmente, o autonomista Cornelius Castoriadis. Antonio Negri, de sua parte, possui um nível intelectual superior ao de Holloway; contudo, sua obra mais densa e relevante, “O poder constituinte” (NEGRI, 2002), reverbera, sem explicitar o diálogo, as ideias anteriormente lançadas por Castoriadis a propósito da sociedade instituinte, do imaginário instituinte e do poder instituinte (consultem-se, entre outros trabalhos, Castoriadis [1975 e 1983]; ver, também, Castoriadis [1990b]), de modo que não seria talvez exagero postular que, mesmo no caso de Negri, conhecedor da obra de Castoriadis, uma certa dimensão de ludíbrio não está de todo ausente. Por fim, sobre a expressão “marxismo libertário”, é preciso registrar que aquele que aparentemente a lançou foi, curiosamente, um anarquista: Daniel Guérin. Em fins dos anos 60 e início dos anos 70, Guérin insistiu, em diversas ocasiões, sobre a necessidade de aproximar marxistas e anarquistas, cujos rivalidade e ódio recíproco ele atribuiu – de maneira pontualmente correta, mas em última instância ligeiramente ingênua – a “mal-entendidos” (ver, por exemplo, o ensaio “*Anarchisme et marxisme*”, contido em Guérin [2009]). Ao clamar por entendimento e união, e mesmo por um “marxismo libertário”, ele conseguiu não entusiasmar nenhum dos dois lados da contenda. Certamente algumas divergências que foram sendo exageradas ao longo do tempo surgiram, de modo em parte evitável, por causa de confrontos políticos conjunturais e até ressentimentos pessoais, como os atritos de Marx com Proudhon e Bakunin bem o demonstram. Nesse sentido, um certo nível de diálogo pode ser muito saudável e, nos dias de hoje, necessário e mesmo inevitável – sendo que a tradição do “conselhismo”, representada pelo holandês Anton Pannekoek e pelo alemão Karl Korsch e historicamente marginalizada dentro do próprio marxismo, devido ao seu antileninismo e suas críticas aos partidos, pode ser uma das pontes entre as duas grandes tradições revolucionárias. Isso, porém, não nos autoriza a ver Pannekoek ou Korsch (ou Rosa Luxemburgo) como propriamente “libertários”, e muito menos a estender esse qualificativo, atrevidamente, a toda sorte de confucionismos contemporâneos.

cidade, da urbanização e dos movimentos urbanos são, a exemplo dos demais trabalhos deste número da revista *Cidades*, destacadas.

GEOGRAFIA(S) LIBERTÁRIA(S): UMA LINHAGEM MARGINAL E SUA RELEVÂNCIA E ATUALIDADE PARA OS ESTUDOS URBANOS

A Geografia crítica (ou, na prática, marxista) e a marginalização do pensamento libertário

A “virada radical” (“*radical turn*”) experimentada pela Geografia nos anos 70, primeiro nos Estados Unidos (marcos importantes são a fundação da revista *Antipode*, em 1969, e a publicação de *Social Justice and the City*, de David Harvey, em 1973) e na França (onde o marco mais relevante foi o aparecimento de *La géographie, ça sert, d’abord, à faire la guerre*, de Yves Lacoste, em 1976) foi, a rigor, uma virada marxista. Muitíssimo pouca atenção foi devotada ao pensamento libertário durante essas quatro décadas desde a eclosão da onda de “renovação crítica” da Geografia.

Nos anos 70, no que diz respeito ao mundo anglófono, tirando um número de *Antipode* (em 1974) com um texto escrito pelo geógrafo marxista Richard Peet (no qual se prestava tributo ao geógrafo e anarquista Piotr Kropotkin) e um texto de uma jovem geógrafa, Myrna M. Breitbart (sobre anarquismo), a outra única grande e notável exceção é representada por outro número da mesma revista (do ano de 1978), editado também por Myrna M. Breitbart, número esse contendo vários textos escritos por anarquistas (por exemplo, o clássico “O que a Geografia deve ser”, de Kropotkin) e sobre os anarquistas e a *práxis* anarquista. Apesar disso, *Antipode* permaneceu sendo um periódico predominantemente (na verdade, quase exclusivamente) marxista, e assim também foi (ou, em geral, foi ainda muito pior) com as demais revistas críticas das décadas de 70 e 80, nas quais o pensamento libertário, fosse ele anarquista clássico, neoanarquista ou autonomista, assumia o espaço de uma exótica nota de rodapé – isso na melhor das hipóteses, uma vez que ele estava virtualmente ausente quase todo o tempo. Em regra, nem mesmo se polemizava com ele.

Na França, Yves Lacoste (um geógrafo influenciado pelo marxismo) e Béatrice Giblin (aparentemente mais simpática, de maneira orgânica, às posições libertárias, conquanto seja difícil decidir até que ponto poderia ser tida como uma intelectual libertária em sentido forte) dedicaram vários trabalhos à vida

e à obra de Élisée Reclus, sobretudo Giblin (vide LACOSTE, 1981; GIBLIN, 1976, 1981a, 1981b e 1982). Todavia, aqui nos defrontamos, exemplarmente (mas o mesmo pode ser dito, por exemplo, da atenção dispensada por Richard Peet ao assunto), com um outro problema: em quase todas as vezes em que marxistas (ou, em todo o caso, não libertários) deram atenção às ideias de libertários como Reclus e Kropotkin, o tratamento poderia ser descrito como “museológico”. Ou seja: há um tom de homenagem e de simpatia, ou mesmo de reverência, tratando os libertários do passado – aliás, as ideias libertárias são invariavelmente tratadas, implicitamente, na sua essência política, como pertencentes a um remoto passado... –, como quem se refere a um ancestral de priscas eras que fez algumas coisas muito louváveis e se sacrificou por uma nobre causa. Porém, Marx e Engels eram discutidos pelos *radical geographers*, tendo em mente a sua importância contemporânea (tanto intelectual/teórica quanto política/estratégica), como facilmente mostra a leitura de Harvey, Quaini e tantos outros; ao passo que Kropotkin e Reclus eram, mais ou menos implicitamente, vistos como ícones do passado – isto é, personagens para serem admirados (na medida em que eram os melhores exemplares de uma Geografia clássica antiburguesa³), mas não para serem levados muito a sério, nem teórica nem politicamente. Suas ideias eram, por isso, celebradas mais como “peças de museu” (ou como “corpos embalsamados” em um “mausoléu”) que como “armas” de um “arsenal”... Harvey, por exemplo, exumou o jovem Engels de “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra” (em especial o do capítulo “As grandes cidades”) em sua discussão sobre a segregação residencial nas cidades estadunidenses de seu tempo, refletindo de modo brilhante sobre a formação do gueto (cf. HARVEY, 1980, p. 103 e segs.); em contraste, as magistrais páginas de Reclus sobre as grandes cidades, em boa medida disponíveis também em inglês (porque publicadas em inglês por seu autor, em um ensaio de 1895, “*The evolution of cities*”⁴), permaneceram esquecidas ou quase esquecidas, tanto na Geografia crítica de língua inglesa, quanto mesmo na de língua francesa.

³ Não houve, entre os geógrafos clássicos marxistas, ninguém da estatura intelectual ou da notoriedade política de um Reclus ou de um Kropotkin. É de se perguntar: teriam sido eles reverenciados pelos marxistas do último quartel do século XX, caso tivessem tais geógrafos clássicos marxistas “emblemáticos” existido?

⁴ Reprodução fac-similar disponibilizada pela *Librairie Nationale Française*.

Muito sintomaticamente, em um texto recente sobre os problemas urbanos engendrados pelo capitalismo contemporâneo, em particular sob o efeito da presente “crise mais-que-financeira”, Neil Brenner, Peter Marcuse e Margit Mayer salientaram que “[i]gualmente importante é a questão de como a crise tem provocado ou restringido visões alternativas da vida urbana que vão além do capitalismo como princípio estruturador da organização político-econômica e espacial”⁵ (BRENNER *et al.*, 2009, p. 176). Contudo, em que medida estamos interessados, no campo *soi-disant* crítico, em discutir alternativas simultaneamente para o capitalismo e para o “socialismo” burocrático? Esses três autores marxistas nos convidam a dar atenção ao fato de que “lições tanto negativas quanto positivas podem ser extraídas da experiência das cidades sob o socialismo real, em que o planejamento estatal de cima para baixo e centralizado substituiu a mercantilização como o princípio estruturador da organização sócio-espacial”⁶ (BRENNER *et al.*, 2009, p. 177). Entretanto, não fica de todo claro até que ponto os referidos autores – e muitos outros – estão politicamente preparados para tirar algumas dolorosas lições do passado. Tais lições estão frequentemente relacionadas a problemas que, em parte, residem nas fundações mesmas do contexto político-filosófico (materialismo histórico, socialismo marxiano) que tem sido a variante largamente hegemônica da “teoria urbana crítica” desde os anos 70, e da “teoria crítica” em geral, há muitas décadas. Em que pese todas as diferenças entre autores tão diversos como o Henri Lefebvre dos anos 60 em diante, o Manuel Castells de *La question urbaine* e David Harvey, todos eles (assim como a maior parte dos outros *radical geographers*, sociólogos críticos, “*urban political economists*” etc.) partilharam e partilham algum tipo de marxismo (mais ou menos “heterodoxo”) como uma base praticamente autoevidente de pensamento radical.⁷

⁵ No original: “[e]qually important is the question of how this crisis has provoked or constrained alternative visions of urban life that point beyond capitalism as a structuring principle of political-economic and spatial organization”.

⁶ No original: “both negative and positive lessons can also be drawn from the experience of cities under really existing socialism, in which top-down, centralized state planning replaced commodification as the structuring principle of socio-spatial organization”.

⁷ Em seu artigo “*What is critical urban theory?*” (BRENNER, 2009), Neil Brenner desenvolve um raciocínio coerente, uma vez que ele apresenta as raízes da “*critical urban theory*” (pensamento marxiano) de um modo bastante claro – e nesse contexto ele sublinha o fato de que pesquisadores urbanos críticos usualmente têm dado pouca atenção aos intelectuais que cunharam a própria expressão *kritische Theorie* (teoria crítica), ou seja, os pensadores da Escola de Frankfurt (vide

É em tudo e por tudo sintomático que, no já mencionado texto, Neil Brenner, Peter Marcuse e Margit Mayer tenham escrito, a propósito das contribuições de Henri Lefebvre sobre o tema da autogestão, o seguinte: “o próprio Lefebvre (2009 [1966]) se viu às voltas com um problema análogo nos anos 60 e 70, quando o conceito eurocomunista de *autogestion* – literalmente, ‘autogestão’ [*self-management*], mas talvez melhor traduzido como ‘democracia de base’ – estava sendo cada vez mais apropriado de maneira indevida por vários interesses para legitimar novas formas de planejamento burocrático estatal”⁸ (BRENNER *et al.*, 2009, p. 180).

É fundamental registrar, antes de tudo, a distorção que reside em caracterizar a autogestão como um “conceito eurocomunista” (“*Eurocommunist concept*”), quando, na verdade, se trata de uma tradicional ideia-chave do pensamento libertário,⁹ a qual foi, isso sim, deformada na antiga Iugoslávia do marechal Josip Broz Tito (sendo *samoupravlje* a palavra servo-croata para autogestão, termo popularizado desde então com base no francês *autogestion*), e a partir daí, em certa medida e por algum tempo, usurpada por alguns partidos comunistas na Europa. Quanto ao próprio Lefebvre, é preciso que se diga que, decerto, era (ou se tornou) um marxista heterodoxo em vários sentidos,¹⁰ o que é também exemplificado pelo fato de ele cultivar a *autogestion* como um con-

pág. 204). Porém, não seria uma questão de justiça reconhecer que o pensamento e a teoria críticos, em um sentido amplo, vão muito além da Escola de Frankfurt e do próprio marxismo? Como designariam marxistas contemporâneos intelectuais radicais e não marxistas como Piotr Kropotkin, Cornelius Castoriadis, Murray Bookchin, Noam Chomsky e outros tantos, se não como críticos?... Mais especificamente, no que concerne à teoria *urbana* crítica, é justificável simplesmente ignorar obras como os livros de Murray Bookchin sobre cidades e cidadania (BOOKCHIN, 1974 e 1992), ou o brilhante ensaio de Elisée Reclus “*The evolution of cities*” (RECLUS, 1895), para não mencionar as discussões sobre cidades e problemas urbanos contidas em *L’Homme et la Terre* (RECLUS, 1905-1908, Tomo V, Capítulo II), como tem sido geralmente o caso? Quanto a essas contribuições, voltarei a elas mais adiante, no corpo do texto.

⁸ No original: “Lefebvre (2009 [1966]) himself grappled with an analogous problem in the 1960s and 1970s, when the Eurocommunist concept of *autogestion* – literally, ‘self-management’, but perhaps best translated as ‘grassroots democracy’ – was being pervasively misappropriated by various interests to legitimate new forms of state bureaucratic planning”.

⁹ E isso desde o anarquismo clássico, prosseguindo com o neoanarquismo e o autonomismo a partir da segunda metade do século XX. Não importa, aliás, que o termo só se tenha disseminado nos anos 60: desde os anarquistas do século XIX a ideia já estava lá.

¹⁰ Heterodoxo em matéria de teoria, sim, mas que só se afastou do cripto-stalinista Partido Comunista Francês muito tardiamente (e compulsoriamente), após ser suspenso do PCF em 1958 (Lefebvre nasceu, recorde-se, em 1901).

ceito político crucial,¹¹ ao mesmo tempo endereçando algumas críticas pertinentes ao risco de cooptação ideológica da ideia. Não obstante isso, ele, ao que tudo indica, não demonstrou interesse em pagar um tributo adequado ao complexo e radical debate sobre autogestão dos trabalhadores (ou *gestion ouvrière*), conduzido desde os anos 50 por membros do grupo *Socialisme ou Barbarie*, na França – isso para não mencionar as antigas raízes anarquistas dessa concepção política.¹² Também é um pouco desapontador que, conquanto tenha clamado por *autogestion généralisée* (e simultaneamente criticado “*l’expérience de la planification autoritaire et centralisée*” do “socialismo” burocrático [LEFEBVRE, 1998, p. 77]), e apesar de demonstrar reservas em relação à experiência iugoslava (às vezes de modo apenas implícito [LEFEBVRE, 2009, p. 147-148]), ele, no entanto, insistiu em usar o termo *autogestion* para descrever aquela experiência. Ora, não era a Iugoslávia de Tito, afinal de contas, similar aos países pró-União Soviética do “socialismo” burocrático, a despeito de um pouco mais de centralização e um pouco mais de “participação”?

Então, como seria possível, para nós, como defendem Brenner, Marcuse e Mayer, “promover formas de vida urbana alternativas, radicalmente democráticas, socialmente justas e sustentáveis”¹³ (BRENNER *et al.*, 2009, p. 177)? Sobre quais fundamentos político-filosóficos e éticos isso iria se dar? A abordagem “liberal-reformista” (“*liberal-reformist*”) foi justa e claramente descartada por Brenner, Marcuse e Mayer como insuficiente e ideológica. Entretanto, embora eles formalmente reconheçam que o ambiente radical/crítico não é homogêneo, parece que alguns aspectos cruciais dessa heterogeneidade foram superestimados, como se não houvesse, simultaneamente, vida inteligente e pensamento crítico fora do marxismo.

¹¹ Vide, por exemplo, o ensaio publicado em 1966, no qual ele lida com os problemas teóricos da autogestão (LEFEBVRE, 2009), ou o seu livro *L’irruption: de Nanterre au sommet*, escrito após os eventos de maio de 1968 e republicado trinta anos depois (LEFEBVRE, 1998).

¹² Lefebvre reduz a contribuição libertária a esse debate ao pensamento de Proudhon, o qual, como ele corretamente sublinha, não estava livre de ambiguidades e ambivalências (LEFEBVRE, 2009, p. 142-143). As fraquezas e contradições de Proudhon, de toda maneira, não justificam nenhum desdém pelo conjunto da obra do pensador francês. Aliás, um dos que melhor demonstraram isso foi, interessantemente, alguém muito próximo do pensamento marxista, o sociólogo Georges Gurvitch, em suas lições reunidas no livro *Proudhon e Marx* (GURVITCH, 1980). Profundo e honesto, nesse livro podemos encontrar objeções diretas e indiretas a muitas das injustiças cometidas contra Proudhon por parte dos marxistas.

¹³ No original: “promote alternative, radically democratic, socially just and sustainable forms of urbanism”.

Além do mais, o fato é que há, no marxismo, uma tradicional escassez de senso crítico relativamente às tecnologias e à espacialidade capitalistas (urbanização incluída). Os marxistas sempre tiveram dificuldade em se desvencilhar da pressuposição de Marx, de acordo com a qual o socialismo precisaria estar baseado nas forças produtivas materialmente adiantadas herdadas do capitalismo, a fim de se evitar a mera “socialização da miséria” (ou seja, como se as tecnologias herdadas do capitalismo fossem, para além de sociopoliticamente neutras, o que já seria um despropósito, verdadeiramente positivas em si mesmas). Na realidade, desse ponto de vista, o socialismo basicamente consistiria em prover um novo contexto em matéria de relações de produção (e sociais em geral) para essas tecnologias – uma problemática premissa que foi transformada em uma caricatura no âmbito do “socialismo burocrático”.¹⁴ Mesmo intelectuais marxistas (muito mais sofisticados que as suas contrapartes militantes, ainda que ao custo de se manterem amiúde demasiado distantes das lutas sociais reais) usualmente tiveram dificuldade em criticar as grandes cidades de um modo mais profundo, ainda que eles, evidentemente, tenham criticado os padrões e lógicas capitalistas explícitos de urbanização (da segregação sócio-espacial à mercantilização generalizada do espaço e à gentrificação). Esse problema é similar à sua posição no que concerne ao aparelho de Estado: eles consideram criticamente o Estado capitalista (às vezes de uma forma rudimentar, como Lenin, às vezes de um modo sofisticado e interessante, como Poulantzas), mas quase sempre (com exceção de correntes muito minoritárias e quase “exóticas”, como os “conselhistas” no estilo de Anton Pannekoek) têm uma imensa dificuldade em criticar o aparelho de Estado em si e em se despedir da ideia de um “Estado socialista” como um momento transicional entre o capitalismo e o “comunismo”. Não é de admirar, portanto, que o marxismo, na melhor das hipóteses, tenha sempre tido dificuldade em valorizar consistentemente a auto-gestão e, mais amplamente, as formas “horizontais” de organização.

É nesta altura que se deve ressaltar a importância de voltar a atenção para o legado do pensamento e da *práxis* libertários, inclusive ou em particular no que se refere à sua “geograficidade”. No presente número temático da revista Cidades, todos os autores são geógrafos de formação. Porém, deve ficar claro que isto, embora não seja uma simples coincidência ou um mero acaso em se

¹⁴ Vide p.ex. Castoriadis (1985).

tratando de questões referentes à espacialidade e à produção social do espaço, tampouco deve dar margem a qualquer sentimento corporativista que corrobore a divisão acadêmica do trabalho em vigor, disciplinar e positivista. Um olhar genuinamente libertário precisa decididamente desafiar e transgredir as fronteiras disciplinares – lembrando, para começar, que Reclus e Kropotkin, a despeito de seu treinamento como geógrafos (que em ambos os casos não foi, de um ponto de vista formal, propriamente convencional ou completo) e de sua paixão pela Geografia como um saber de grande valia científica e político-pedagógica, estavam a anos-luz de qualquer corporativismo disciplinar estreito. A nós devem interessar, com efeito, não somente as contribuições geradas nos marcos da Geografia universitária, mas também aquelas reflexões sócio-espaciais produzidas por quem, como Murray Bookchin, nem sequer manteve vínculos como essa Geografia, mas nem por isso deixou de cultivar uma certa “Geografia”, entre as muitas “Geografias” cultivadas por todos aqueles que se dedicam à pesquisa e à geração de conhecimento sobre o espaço social. Todavia, além disso, e acima de tudo, a nós devem interessar as “geografias”, isto é, as espacialidades criadas pela e através da práxis dos homens e mulheres concretos. Pois bem: que sugestões podem então ser dadas aqui, no tocante ao resgate dessa linhagem marginal e marginalizada do pensamento e da ação, que é a linhagem libertária?

Para começar, Reclus e Kropotkin precisam ser tratados como muito mais que meras “peças de museu” (ou de um “mausoléu do pensamento crítico”)! Não se trata, é certo, de “ressuscitá-los” ou de reverenciá-los acriticamente, como se autores do século XIX pudessem nos fornecer, diretamente, todas as respostas para os problemas contemporâneos. É indubitável, por exemplo, que ambos, como homens intelectualmente formados no século XIX (ainda que Reclus tivesse morrido em 1905 e Kropotkin somente em 1921), incorporaram muitas convicções que, hoje em dia, e já há bastante tempo, são bastante questionadas pelo pensamento crítico, como a crença teleológica no “progresso” da humanidade ou na superioridade irrestrita da ciência moderna. No entanto, a ignorância com relação a alguns dos aspectos mais interessantes de seu pensamento (e o desinteresse dos marxistas, ontem como hoje, em recuperá-los de modo apropriado, levando isso às últimas consequências, para alimentar uma *práxis*) é algo lastimável, e que teve consequências negativas, tanto intelectuais quanto práticas.

E não se trata apenas de Reclus e Kropotkin. Murray Bookchin, o grande libertário estadunidense da segunda metade do século XX, quase não foi lido, muito menos discutido! No entanto, a densidade de sua reflexão sobre o espaço não é menor que aquela contida na obra de Lefebvre. E, por último, mas não com menor ênfase, cabe destacar as “Geografias” e as “geografias” libertárias propostas e implementadas fora do eixo Europa-EUA, nem sempre valorizadas adequadamente (isso quando são enxergadas) pelos intelectuais e ativistas que vivem e atuam no assim chamado “Norte (global)”.¹⁵

A linhagem libertária, a “geograficidade” e o urbano (1): de Reclus e Kropotkin a Bookchin

No atual contexto, à diferença dos anos 70 e 80, autores libertários têm sido (re)descobertos. Não mais (ou não necessariamente) “museologicamente”, como “achados arqueológicos” destinados a alguma exposição em algum cantinho do “museu do pensamento crítico”, mas sim como “armas”, cuja letalidade, mesmo no caso de autores do século XIX e início do XX como Reclus e Kropotkin, ainda não se perdeu por completo.

Élisée Reclus (1830-1905), bastante reconhecido como um influente pensador e ativista anarquista (ainda que não tão influente no domínio do anarquismo clássico como, digamos, Proudhon, Bakunin ou Kropotkin), foi, por um longo tempo, desprezado por geógrafos acadêmicos por causa de suas ideias políticas e de seu engajamento. Mantido a uma distância segura por parte das universidades francesas durante a sua vida inteira, seu nome foi ou completamente ignorado ou tratado mais ou menos como um tabu no contexto da Geografia acadêmica durante a maior parte do século XX.¹⁶ É bem verdade que ele tem sido “reabilitado” e mesmo elogiado em ambientes acadêmicos desde

¹⁵ Há, neste artigo, uma ausência que precisa ser justificada. Cornelius Castoriadis (1922-1997) foi, a meu juízo, o mais original e profundo renovador do pensamento libertário na segunda metade do século passado – não obstante ele, de modo excessivamente generalizante e, por isso, um pouco injusto, criticar e mesmo menosprezar o anarquismo clássico; entretanto, como ressalté em Souza (2006a, p. 79-82), Castoriadis, no nível da reflexão filosófica mais abstrata, e mais especificamente no que tange aos planos ontológico e epistemológico, nitidamente secundarizou o espaço em favor do tempo (cf. p.ex. CASTORIADIS, 1975, p. 268-269), ainda que tenha sabido valorizar o espaço social empiricamente, aqui e ali, em alguns de seus escritos político-programáticos. Tampouco deu ele qualquer atenção particular a assuntos ou problemas urbanos. Por isso, ainda que seu nome seja mencionado diversas vezes neste texto, não poderia, a rigor, estar no mesmo rol que os de Reclus, Kropotkin e Bookchin, para efeito da presente discussão.

¹⁶ Vide Sarrazin (1985); Fleming (1988); Chardak (1997).

os anos 70 (mais precisamente, desde a “virada radical” da Geografia), em especial na França. Pelo menos, o nada negligenciável número de livros e artigos dedicados a ele nos dá essa impressão. Mas a realidade é um pouco diferente sob a superfície.

À primeira vista, a situação mudou muitíssimo desde a supramencionada “virada radical”. No entanto, ela foi, basicamente, uma “virada marxista”, e, em contraste com Marx e Engels, cujas ideias foram não apenas “descobertas”, mas também intensa e extensivamente usadas, Reclus (e Kropotkin) tem sido mais ou menos tratado como um herói intelectual do passado, mas suas contribuições têm sido raramente exploradas em profundidade.

No que concerne a colegas de Reclus, tais como Paul Vidal de la Blache, é claro que eles trataram suas ideias com menoscabo; sobretudo por causa de sua radicalidade política, mas também por outras razões (similarmente elitistas e conservadoras): 1) Reclus jamais obteve um diploma acadêmico, conquanto tenha frequentado um curso de Carl Ritter em Berlim; 2) além disso, ele deliberadamente preferia escrever para uma ampla audiência, em vez de escrever apenas para especialistas – e precisamente suas obras, escritas em uma prosa magnífica e não raro apaixonada, voltada sobretudo para cativar, informar e instruir os leigos (se bem que vários de seus trabalhos possuíam uma densidade, uma profundidade e uma originalidade tais que, sem dúvida, podiam e podem ser apreciados também por estudiosos e pesquisadores), o tornaram suspeito, aos olhos de muitos *scholars*, de não ser “científico” (ou “profundo”, “respeitável” etc.) o suficiente. (Curiosamente, parece que mesmo entre acadêmicos de esquerda ainda há algumas reservas para com Reclus, pela mesma razão...) Creio que a profundidade e a originalidade das contribuições de Reclus – particularmente evidentes no caso de *L'Homme et la Terre*¹⁷ (RECLUS, 1905-1908), assim como em alguns ensaios¹⁸ – continuam a ser subestimadas, em parte por estarem um pouco “escondidas” pelo estilo de “divulgação científica” da maior parte de sua extensíssima obra,¹⁹ e parcialmente porque alguns

¹⁷ Reprodução fac-similar disponibilizada pela *Librairie Nationale Française*. O endereço específico varia de acordo com o tomo.

¹⁸ Destacadamente, “*De l'action humaine sur la géographie physique – L'Homme et la Nature*” (RECLUS, 1964), “*Du sentiment de la Nature dans les sociétés modernes*” (RECLUS, 1866) e “*The evolution of cities*” (RECLUS, 1895), dentre outros.

¹⁹ O principal exemplo são os dezenove volumes da “*Nouvelle Géographie Universelle*” (RECLUS, 1876-1894), vendidos, à época de sua primeira publicação, em fascículos.

de seus altamente interessantes e profundos *insights* teóricos (ou potencialmente úteis para finalidades de teorização) se acham ilhados em meio a um imenso oceano de detalhes empíricos (às vezes, talvez, “excessivos”, ao menos para o gosto de nossa época), o que acarreta a desvantagem de desviar a nossa atenção dos *insights* teóricos e de suas implicações.

Em todo o caso, enquanto as reflexões de Reclus sobre as relações sociedade ⇔ natureza têm sido com frequência citadas e mesmo elogiadas (mas mesmo então não necessariamente tornadas mais diretamente úteis e recontextualizadas para propósitos teóricos e prático-políticos contemporâneos), suas contribuições para a análise de problemas urbanos e da urbanização quase nunca têm sido mencionadas. Elas são, em geral, ou ignoradas ou, pelo menos, claramente subestimadas. Seu nome está ausente dos manuais e livros que tratam da história da Geografia Urbana. Esse problema se relaciona, em parte, com o inegável fato de que uma grande parcela de suas contribuições nesse domínio foi realizada quando ele já se encontrava em uma idade avançada, estando inseridas em sua titânica obra póstuma *L’Homme et la Terre* (em especial no Tomo V, Capítulo II), a qual lida com muitos assuntos diferentes ao mesmo tempo e contém uma colossal quantidade de detalhes empíricos sobre povos, países, pormenores físico-geográficos etc. Ademais, tendo sido essa obra originalmente publicada em francês, isso fez com que os geógrafos e sociólogos urbanos anglo-saxônicos que iniciaram sua trajetória no ambiente crítico que despontava no finalzinho dos anos 60 e início dos 70 tivessem tido pouquíssimo acesso a ela, já pela barreira da língua (como é proverbialmente conhecido, os britânicos e estadunidenses são, geralmente, monoglotas, inclusive muitíssimos acadêmicos).

Entretanto, a barreira da língua não deixa de ser, no caso dos anglo-saxônicos, uma desculpa de validade muito relativa. Afinal, Reclus publicou, em 1895, um longo ensaio em inglês (“*The evolution of cities*” – que foi precisamente a base de sua contribuição ao assunto contida em *L’Homme et la Terre*), e é desapontador que os geógrafos anglófonos (e, tanto quanto eu saiba, também os francófonos, para não falar dos demais) não tenham explorado esse relevante trabalho até o presente momento, da maneira devida.²⁰ Esse ensaio contém já

²⁰ Não acidentalmente, até mesmo Philippe Pelletier, um dos raros a valorizarem a contribuição de Reclus para a Geografia Urbana, chamou a atenção, em um artigo sobre essa contribuição, para algumas das inovações e antecipações contidas na obra reclusiana, incluída aí uma certa

uma série de aspectos notáveis, os quais, considerados em conjunto, garantem para Reclus o lugar de mais destacado pioneiro de uma Geografia Urbana crítica.

É impressionante, por exemplo, como ele antecipou em várias décadas alguns dos aspectos distintivos da “Teoria das Localidades Centrais”, de Walter Christaller:

Se por acaso a Terra fosse inteiramente uniforme em seu relevo, no que se refere à qualidade do solo e no que concerne às condições do clima, as cidades ocupariam, por assim dizer, uma posição geométrica: a atração mútua, o instinto de sociedade e a facilidade das trocas lhes fariam nascer a distâncias iguais umas das outras. Considerando uma região plana, sem obstáculos naturais, sem rio, sem porto, situada de uma maneira particularmente favorável, e não dividida em Estados políticos distintos, a maior cidade se localizaria diretamente no centro da região [*pays*]; as cidades secundárias se repartiriam em intervalos iguais sobre o perímetro, espaçadas ritmicamente, e cada uma delas teria seu sistema planetário de cidades inferiores, possuindo seu cortejo de aldeias.²¹ (RECLUS, 1905-1908, Tomo V, p. 341).

Reclus não se debruçou sobre as cidades e a urbanização apenas em “*The evolution of cities*” e, depois, e refinando a contribuição contida nesse ensaio,

antecipação da Teoria das Localidades Centrais, mas citou somente *L’Homme et la Terre* (cf. PELLETIER, 2010). Aparentemente, ele ignorava que, no que concerne às cidades e à urbanização, o conteúdo da obra-prima de Reclus já havia sido basicamente exposto no ensaio “*The evolution of cities*”, publicado uma década antes. Em texto posterior ele corrige essa falha, mencionando o ensaio de 1895 – ocasião, aliás, em que ele procede a uma autocrítica por ter subestimado, em trabalho anterior, o real alcance das contribuições de Reclus para os estudos urbanos: “[m]inha frase, ‘Élisée Reclus escreveu relativamente pouco sobre a cidade e o fenômeno urbano em geral’, é ambígua e mal formulada” (cf. PELLETIER, 2011, p. 119, nota 6). Uma outra autocrítica se faz, entretanto, necessária, uma vez que, logo em seguida, ele escreve que “[c]omo sabemos, Élisée Reclus, a exemplo dos geógrafos de seu tempo, por sinal, não gosta de teorizar.” (cf. PELLETIER, 2011, p. 119, nota 6) Ora, essa observação é imprecisa, e beira mesmo a injustiça. É lógico que Reclus, em última análise um homem de sua época, ainda que tantas vezes e em muitas coisas à frente de seu tempo, praticava uma Geografia sem grande tino ou apetite teórico, em que *insights* e análises de grande valor teórico como que ficam soterradas por um volume muito maior de descrições e comentários que não possuem claramente esse atributo. Sem embargo, comparar Reclus, sem mais cuidados, aos geógrafos de sua época, e dizer, sem maiores sutilezas, que ele “não gosta de teorizar”, definitivamente não lhe faz a devida justiça.

²¹ No original: “Si la Terre était complètement uniforme dans son relief, dans la qualité du sol et les conditions du climat, les villes occuperaient une position géométrique pour ainsi dire: l’attraction mutuelle, l’instinct de société, la facilité des échanges les auraient fait naître à des distances égales les unes des autres. Étant donné une région plane, sans obstacles naturels, sans fleuve, sans port, située d’une manière particulièrement favorable, et non divisée en États politiques distincts, la plus grande cité se fût élevée directement au centre du pays; les villes secondaires se seraient réparties à des intervalles égaux sur le pourtour, espacées rythmiquement, et chacune d’elles aurait eu son système planétaire de villes inférieures, ayant leur cortège de villages.”

em *L'Homme et la Terre*, sua obra-prima. Ao longo dos dezenove volumes da *Nouvelle Géographie Universelle*, publicados entre 1876 e 1894²², encontram-se numerosas descrições de cidades individuais – algumas a ocupar várias páginas, como aquela de Paris, no segundo volume, e outras mais expeditas, a depender da importância da cidade em questão –, além de comentários sobre processos de urbanização aqui e ali. Interessantemente, não é nada fácil achar, em meio a essas milhares de páginas, nos momentos em que o autor apresenta e descreve cidades e sítios urbanos, referências aos problemas urbanos e suas causas de um tal modo que permitam reconhecer o anarquista por trás do cientista. A razão disso é que, nessa imensa obra escrita para o grande público, Reclus impôs-se uma espécie de autocensura, pois seu editor havia deixado claro estar “contratando o geógrafo, não o anarquista”. É bem verdade que seria muito injusto supor que a *Nouvelle Géographie Universelle* seja um simples e enfadonho catálogo de fatos localizados: a prosa escorreita e magnífica, as soberbas ilustrações e os bons mapas, as observações perspicazes e sensíveis (às vezes revelando uns tantos preconceitos, comuns à época) – tudo isso torna a leitura deliciosa, instrutiva e edificante. Sem embargo, é fato que no tocante à discussão de problemas como segregação e desigualdades sociais no espaço urbano, não é ali que se pode saciar a sede. Em contrapartida, em *L'Homme et la Terre* há, no capítulo “Repartição dos homens”, do Tomo V, um manacial de análises embebidas em espírito crítico, complementadas por ricas e eloquentes ilustrações, como aquelas que retratam os *slums* e a pobreza em cidades da Grã-Bretanha. Esse assunto será retomado na seção 3 deste artigo.

Quanto a *Piotr Kropotkin* (1842-1921), ele compartilhava, no essencial, o tipo de abordagem da relação sociedade \Leftrightarrow natureza desenvolvida por Élisée Reclus, muito embora tenha sido um autor muito menos prolífico. Ao contrário de Reclus, que embora tenha escrito muito extensamente sobre Geografia, publicou poucos trabalhos sobre a teoria ou a doutrina anarquista (se bem que aquilo que chegou a publicar seja de alto nível), Kropotkin publicou muito

²² Há uma reprodução fac-similar disponibilizada pela *Librairie Nationale Française*. O endereço específico varia de acordo com o tomo, mas da qual estão ausentes três volumes (4, 11 e 14). Uma versão em inglês, publicada em Nova Iorque em 1892 por D. Appleton and Company sob o título *The Earth and its Inhabitants*, pode ter sua reprodução fac-similar acessada por meio do site dos *Anarchy Archives*; faltam, porém, os dois últimos dos dezenove volumes, justamente os dedicados à América do Sul. Felizmente, entretanto, os três que estão ausentes do site da *Librairie Nationale Française* se acham ali presentes.

mais sobre anarquismo que sobre Geografia, ao menos direta e explicitamente (conquanto os seus escritos geográficos sejam de valor inestimável, o que raramente foi reconhecido pelos geógrafos, em especial por aqueles que cultivam a “Geografia Humana”, e que costumam conceder, no máximo, que Kropotkin foi um “geógrafo físico”).

Ainda que seja verdade que o papel de Kropotkin como geógrafo naturalista tenha tido, aos olhos dele mesmo, uma inegável centralidade, é preciso questionar o preconceito que faz excluir do rol de seus trabalhos “geográficos” um livro importantíssimo como *Fields, Factories and Workshops* (KROPOTKIN, 2002e) e desconhecer as reflexões espaciais contidas, também, em *The Conquest of Bread* (KROPOTKIN, 2002g). Até mesmo em um de seus últimos livros, à primeira vista uma obra puramente historiográfica sobre a Revolução Francesa (KROPOTKIN, 2002g), o leitor atento descobrirá numerosas passagens em que se manifesta a sensibilidade espacial de Kropotkin: seja ao salientar a relevância da terra na agenda de protestos e reivindicações dos camponeses, seja ao discorrer sobre a importância das “seções” e dos distritos parisienses como unidades espaciais de referência para a organização de uma democracia *grassroots*.

Kropotkin é mais conhecido pela sistematização da doutrina do “anarco-comunismo”²³ e pela tese da “ajuda mútua”. Mas ele ofereceu uma duradoura contribuição para a pesquisa e a teoria sócio-espaciais, sob a forma de sua vigorosa reflexão sobre a desconcentração econômico-espacial e a descentralização territorial, tal como presente em *Fields, Factories and Workshops*, em seu artigo “*The Industrial Village of the Future*” (KROPOTKIN, 2002b) e, de modo periférico, também em outros escritos, como o verbete sobre o anarquismo que escreveu para a *Encyclopaedia Britannica* (KROPOTKIN, 2002i²⁴).

Mas a “geograficidade” do pensamento social de Kropotkin não para aí. Há, também, a reflexão sobre o papel político-pedagógico da Geografia, contido no ensaio “*What geography ought to be*”: um belíssimo escrito, que ainda hoje pode ser considerado inspirador – e que deveria ser lido em qualquer curso de

²³ Expresso pela máxima “de cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades”. O anarco-comunismo contrapunha-se ao “coletivismo” bakuniniano (“a cada um segundo o seu trabalho”), muito próximo, a esse respeito, do próprio pensamento de Marx.

²⁴ Publicado originalmente em *The Encyclopaedia Britannica*, 1910. Trechos desse texto estão **disponíveis em português** em: “Kropotkin: textos escolhidos”, seleção de Maurício Tragtenberg. Porto Alegre, L&PM, 1987.

preparação de geógrafos, em especial de professores de Geografia – apesar do peso demasiadamente grande concedido por seu autor ao conhecimento da natureza, em detrimento dos componentes propriamente sociais do conhecimento geográfico (KROPOTKIN, 2002a). E há, além desse, também outro ensaio de espírito semelhante, menos conhecido, mas de extremo interesse, intitulado “*On the teaching of physiography*” (KROPOTKIN, 2002c).

Ainda que Kropotkin tenha escrito muito pouco sobre assuntos urbanos, em todo caso menos que Reclus, não é possível desconhecer as implicações de sua visão de uma desconcentração econômico-espacial e uma descentralização territorial radicais, expostas em *Fields, Factories and Workshops*, para a reconsideração das cidades e das relações cidade-campo. Tampouco é justo deixar de mencionar que, em *The Conquest of Bread*, ele discorre sobre a “questão da habitação” de um modo que não deveria ser ignorado. Enquanto Proudhon propôs uma solução que lhe valeria, da parte de Friedrich Engels, a acusação (um tanto injusta, mas não totalmente injustificada) de “pequeno-burguês”, Kropotkin proporia uma solução mais extremada no que toca ao problema da habitação, ao advogar a expropriação das residências burguesas e pequeno-burguesas, a abolição dos aluguéis e o perdão das dívidas dos inquilinos (KROPOTKIN, 2002g).

Por fim, *Murray Bookchin* (1921-2006), de sua parte, foi, por décadas, muito provavelmente o principal inovador no contexto do anarquismo do século XX (uma vez que Castoriadis, indiscutivelmente um libertário e o mais original de todos, jamais reivindicou qualquer filiação ao anarquismo), e pode ser reputado, de fato, como um dos mais importantes pensadores libertários de todos os tempos. Além do mais, ele se situa, ao lado de alguns intelectuais antiautoritários que estiveram próximos do pensamento libertário (tais como Michel Foucault, Gilles Deleuze e Félix Guattari), e depois dos geógrafos anarquistas Reclus e Kropotkin, como o pensador libertário que mais claramente revelou sensibilidade espacial ou “imaginação geográfica”.

Sua primeira realização digna de nota consistiu em inserir em definitivo, na agenda libertária, a problemática ecológica que emergiu na segunda metade do século passado – algo que fez ainda nos anos 50 e 60, no âmbito de uma abordagem por ele denominada “anarquismo pós-escassez” (“*post-scarcity anarchism*”), depois rebatizada como “ecologia social” (“*social ecology*”). Segundo Bookchin, a “ecologia social” se baseia na convicção de que “quase todos os

nossos problemas ecológicos se originam de arraigados problemas sociais”.²⁵ (BOOKCHIN, 2007a, p. 19) De acordo com ele, “separar os problemas ecológicos dos sociais – ou mesmo subestimar ou dar um reconhecimento meramente de fachada a essa relação crucial – equivaleria a ter uma visão completamente distorcida dos fatores da crescente crise ambiental”. Na verdade, “a maneira como os seres humanos lidam uns com os outros como seres sociais é crucial para enfrentar a crise ecológica”.²⁶ (BOOKCHIN, 2007a, p. 20)

Bookchin sempre se preocupou tanto com o contexto social mais amplo em que se propunha uma ação, um projeto ou uma estratégia, quanto com a eficácia e a consistência política das propostas. Tendo criticado o marxismo por seu economicismo e fetichismo tecnológico, ele, não obstante, também teceu críticas enfáticas a certas características dos movimentos ambientalistas do século XX:

De fato, na medida em que os movimentos e as ideologias ambientais examinam em termos meramente morais a perversidade da nossa sociedade anti ecológica e clamam por mudanças em estilos de vida e atitudes pessoais, eles obscurecem a necessidade de ação social concertada e tendem a desviar a atenção da luta por mudança social de largo alcance.²⁷ (BOOKCHIN, 2007a, p. 43)

Tendo salientado por diversas vezes o contraste entre tais movimentos e a “ecologia social”, a seguinte passagem é lapidar nesse sentido:

Ainda que sempre consciente a respeito da importância de uma nova abordagem ética, a ecologia social busca discutir os abusos ecológicos que o modo hegemônico de sociedade tem infligido ao mundo natural, para isso indo tanto às causas estruturais quanto subjetivas de noções como a dominação da primeira natureza. Ou seja, ela desafia o próprio sistema de dominação em seu

²⁵ No original: “Social ecology is based on the conviction that nearly all our present ecological problems originate in deep-seated social problems.” E assim prossegue Bookchin: “It follows, from this view, that these ecological problems cannot be understood, let alone solved, without a careful understanding of our existing society and the irrationalities that dominate it. To make this point more concrete: economic, ethnic, cultural, and gender conflicts, among many others, lie at the core of the most serious ecological dislocations we face today – apart, to be sure, from those that are produced by natural catastrophes.”

²⁶ No original: “to separate ecological problems from social problems – or even to play down or give only token recognition to their crucial relationship – would be to grossly misconstrue the sources of the growing environmental crisis”; “the way human beings deal with each other as social beings is crucial to addressing the ecological crisis”.

²⁷ No original: “Indeed, to the extent that environmental movements and ideologies merely moralize about the wickedness of our anti-ecological society and call for changes in personal lifestyles and attitudes, they obscure the need for concerted social action and tend to deflect the struggle for far-reaching social change.”

conjunto – sua economia, seu uso inadequado da técnica, seu aparato administrativo, sua degradação da vida política, sua destruição da cidade como um centro de desenvolvimento cultural e, de fato, toda a panóplia de hipocrisias morais e corrupção do espírito humano – e procura eliminar as construções hierárquicas e de classe que se têm imposto à humanidade e definido o relacionamento entre a natureza humana e não humana.²⁸ (BOOKCHIN, 2007, p. 46; grifo meu)

A segunda grande inovação de Bookchin – o “municipalismo libertário” (*“libertarian municipalism”*), mais tarde encarado por ele como parte do que ele chamou de o projeto “comunalista” (*“communalist”*) – foi desenvolvido em um período, nas décadas de 80 e 90, em que sua atenção estava intensamente direcionada para os desafios da organização libertária nas (grandes) cidades contemporâneas. Essa preocupação de Bookchin foi, na realidade, de certo modo antecedida e preparada, desde os anos 60 e 70, por uma outra: sua preocupação com a urbanização capitalista e a crise urbana, como se pode ver por seus livros *Crisis in our Cities* (HERBER, 1965) e *Limits of the City* (BOOKCHIN, 1974). A ideia geral por trás do “municipalismo libertário” corresponde a uma tentativa de explorar as possibilidades oferecidas pela luta institucional (compreendida amplamente, de um ângulo libertário, como a utilização de canais institucionais com o fito de influenciar políticas públicas, processos legislativos etc., sem, contudo, aderir ou filiar-se a partidos políticos ou buscar “tomar o poder” de Estado em sentido estrito) no mundo de hoje. Por um lado, Bookchin estava lucidamente atento à necessidade de utilizar e, tanto quanto possível, “reciclar” as espacialidades urbanas modernas com a finalidade de subverter o *status quo*. Sua sensibilidade espacial, com frequência muito explícita, é notável, como quando ele se refere a:

[...] organizações de prédios e conjuntos residenciais, assembleias de bairro, assembleias locais, confederações cívicas e as arenas públicas de manifestação e discurso que vão além de demonstrações e campanhas episódicas e

²⁸ No original: “Although always mindful of the importance of a new ethical outlook, social ecology seeks to redress the ecological abuses that the prevailing society has inflicted on the natural world by going to the structural as well as the subjective sources of notions like the domination of first nature. That is, it challenges the entire system of domination itself – its economy, its misuse of technics, its administrative apparatus, its degradations of political life, its destruction of the city as a center of cultural development, indeed the entire panoply of its moral hypocrisies and defiling of the human spirit – and seeks to eliminate the hierarchical and class edifices that have imposed themselves on humanity and defined the relationship between nonhuman and human nature.”

monotemáticas, ainda que elas sejam valiosas para discutir injustiças sociais.²⁹ (BOOKCHIN, 2002b³⁰, não paginado)

Sempre preocupado com a capacidade dos libertários de serem eficazes e fazerem de fato diferença, ele, de maneira indireta, admoestou um certo tipo muito disseminado de libertário, lembrando que “protesto, apenas, não é suficiente; de fato, ele é usualmente definido por aquilo a que os que protestam se opõem, não pelas mudanças sociais que eles podem desejar instituir”³¹ (BOOKCHIN, 2002b, não paginado).

Sua sensibilidade espacial também fica evidente em muitas outras ocasiões; por exemplo, quando enfatiza que:

A visão libertária municipalista (ou, o que é a mesma coisa, comunalista) que eu proponho aqui objetiva ser uma perspectiva mutável e formadora – um enfoque da política e da cidade com a finalidade de, em última instância, transformar cidades e megalópoles tanto ética quanto espacialmente, e tanto política quanto economicamente.³² (BOOKCHIN, 2002b, não paginado; grifo meu)

Por outro lado, contudo, ele propôs uma abordagem da luta institucional que foi em geral considerada por outros anarquistas como um abandono dos princípios libertários. Bookchin defendeu a “herética” ideia de que os anarquistas (ou “comunalistas”, como ele depois preferiu) poderiam tomar parte em eleições e apresentar candidatos a cargos municipais, com o propósito de criar uma espécie de dualidade de poder e facilitar a criação de circuitos políticos (e político-pedagógicos) e mesmo econômicos paralelos:

[...] Os comunalistas tentam criar organizações e instituições duradouras que possam desempenhar um papel socialmente transformador no mundo real. De um modo que é significativo, comunalistas não hesitam em lançar candidatos quando de eleições municipais, os quais, caso eleitos, usarão todo o poder real conferido a eles por seus postos para legislar com o propósito de trazer à vida assembleias populares. Essas assembleias, de sua parte, teriam o poder de, em

²⁹ No original: “block organizations, neighborhood assemblies, town meetings, civic confederations, and the public arenas for discourse that go beyond such episodic, single-issue demonstrations and campaigns, valuable as they may be to redress social injustices.”

³⁰ Reprodução de excertos do livro *From Urbanization to Cities*, London, 1987.

³¹ No original: “But protest alone is not enough; indeed, it is usually defined by what protestors oppose, not by the social changes they may wish to institute.”

³² No original: “the libertarian municipalist (or equivalently, communalist) views I propound here are meant to be a changing and formative perspective – a concept of politics and citizenship to ultimately transform cities and urban megalopolises ethically as well as spatially, and politically as well as economically.”

última análise, gerar formas efetivas de governo baseado na democracia direta [*town-meeting government*].³³ (BOOKCHIN, 2007, p. 115)

Sem dúvida, trata-se de uma proposta ousada e, seguramente, arriscada – basta ter em mente os riscos de “cooptação estrutural” envolvidos nesse tipo de exposição de ativistas libertários ao cotidiano e às entranhas do aparelho de Estado. Sem embargo, é de justiça salientar que Bookchin certamente pensava em candidatos “independentes”, não vinculados a partidos (o que é possível nos EUA, mas não em muitos países, o que por si só já limita o alcance do enfoque); além disso, ele se referia, explicitamente, a eleições locais, escala em que seria menos difícil iniciar, e a partir da qual seria possível propagar as experiências concernentes à referida dualidade de poder. Não se tratava, de jeito nenhum, de alguma variante da concepção marxista-leninista de “tomada do Estado”. E ele nunca deixou de dar importância privilegiada à ação direta, ou seja, a tudo aquilo que ativistas podem e devem fazer, apesar do Estado e contra o Estado.

Algumas das premissas de seu raciocínio podem ser consideradas como perfeitamente atuais e adequadas ao seu tempo, uma vez que desafiam alguns “(quase) dogmas” do anarquismo clássico de um modo bastante criativo – por exemplo, o uso simplístico dos conceitos de “poder” e “lei”, os quais, com frequência, foram reduzidos ao Estado e às leis formais e heterônomas, respectivamente. Como ele disse, “os anarquistas têm, há muito tempo, considerado todo governo como um Estado, condenando-o em função disso – uma visão que é uma receita para a eliminação de qualquer vida social organizada, seja lá qual for”.³⁴ E, como ele na sequência observa,

[e]nquanto o *Estado* é o instrumento pelo qual uma classe *opressora e exploradora* regula e coercitivamente controla o comportamento de uma classe explorada por uma classe dirigente, um *governo* – ou, ainda melhor, um corpo político [*polity*] – é um conjunto de instituições concebido para lidar com os problemas da vida em sociedade de uma maneira organizada e, espera-se, justa. Toda associação institucionalizada que constitui um sistema para lidar com os negócios de interesse público – com ou sem a presença de um Estado – é *necessariamente* um governo. Em contraste, todo Estado, conquanto necessa-

³³ No original: “[c]ommunalists try to build lasting organizations and institutions that can play a socially transformative role in the real world. Significantly, Communalists do not hesitate to run candidates in *municipal* elections who, if elected, would use what real power their offices confer to legislate popular assemblies into existence. These assemblies, in turn, would have the power ultimately to create effective forms of town-meeting government.”

³⁴ No original: “anarchists have long regarded every *government* as a *state* and condemned it accordingly – a view that is a recipe for the elimination of *any* organized social life whatever.”

riamente seja uma forma de governo, é uma força de repressão e controle de classe.³⁵ (BOOKCHIN, 2007, p. 95; grifos no original)

Provocativamente, ele ainda complementa logo em seguida, advogando uma compreensão mais ampla da ideia de “lei” e sentenciando que “a oposição libertária à lei, para não falar do governo em si mesmo, tem sido tão tola quanto a imagem de uma cobra engolindo sua própria cauda” (BOOKCHIN, 2007, p. 95).³⁶

Por outro lado, é razoável admitir que a sua defesa de participação em eleições permanece, sob alguns aspectos, muito problemática. Considere-se a seguinte declaração:

Lançar um candidato ambientalista [*a Green*] para concorrer em uma eleição para prefeito, com um programa municipalista libertário, é, em suma, algo qualitativamente diferente de concorrer para o cargo de governador da província ou do estado, com um programa supostamente municipalista libertário. Isto equivale a descontextualizar as instituições que existem em uma municipalidade, na província ou no estado, e no próprio Estado-nação, colocando todos esses três cargos executivos sob uma rubrica puramente formal. Pode-se dizer, com a mesma imprecisão, que, pelo fato de os seres humanos e os dinossauros terem medulas espinhais, eles pertencem à mesma espécie ou até mesmo a um mesmo gênero. Em cada caso, uma instituição – seja ela uma instituição municipal, um conselho ou uma pessoa selecionada – deve ser entendida no contexto municipal geral, assim como um presidente, primeiro-ministro, congressista ou membro do parlamento, por sua vez, deve ser visto no âmbito do Estado como um todo. Deste ponto de vista, para ambientalistas, candidatar-

³⁵ No original: “While the *state* is the instrument by which an *oppressive* and *exploitative* class regulates and coercively controls the behavior of an exploited class by a ruling class, a *government* – or better still, a *polity* – is an ensemble of institutions designed to deal with the problems of consociational life in an orderly and hopefully fair manner. Every institutionalized association that constitutes a system for handling public affairs – with or without the presence of a state – is *necessarily* a government. By contrast, every state, although necessarily a form of government, is a force for class repression and control.”

³⁶ Eis a passagem inteira: “[o] clamor por uma *Constituição*, por um governo responsável e submetido a uma sistemática prestação de contas [*responsive*], e mesmo por *lei* ou *nómos*, tem sido, por séculos, claramente articulado – e posto no papel! – pelos oprimidos contra a caprichosa dominação exercida por monarcas, nobres e burocratas. A oposição libertária à lei, para não falar do governo em si mesmo, tem sido tão tola quanto sugerido pela imagem de uma cobra engolindo sua própria cauda. O que fica disso, ao final, não é nada mais que uma pós-imagem da retina sem existência real.” No original: “The cry for a *constitution*, for a responsible and a responsive government, and even for *law* or *nomos* has been clearly articulated – and committed to print! – by the oppressed for centuries against the capricious rule exercised by monarchs, nobles, and bureaucrats. The libertarian opposition to law, not to speak of government as such, has been as silly as the image of a snake swallowing its tail. What remains in the end is nothing but a retinal afterimage that has no existential reality.”

-se ao cargo de prefeito é fundamentalmente diferente de administrar cargos provinciais e estaduais. Pode-se entrar em infinitas e detalhadas razões sobre o porquê de os poderes de um prefeito estarem muito mais controlados e sob tutela pública mais próxima do que os cargos daqueles que ocupam posições em governos estaduais e provinciais.³⁷ (BOOKCHIN, 2002c³⁸, não paginado)

Em resumo: seja por causa dos riscos que comporta, seja por causa de suas limitações, a faceta eleitoral do “municipalismo libertário” (a qual, contudo, não exaure a proposta de Bookchin, que pode ser interpretada como indo muito além disso) não deveria, jamais, ser tomada como uma estratégia universalmente válida, mas sim, tão somente, como uma tática suplementar, a ser encarada com muita prudência e, ainda por cima, cuja validade deveria ser avaliada caso a caso, de acordo com o país, o local e as circunstâncias.

Talvez a abordagem bookchiniana da luta institucional deva ser tida como arriscada demais, temerária mesmo. Apesar disso, anarquistas ortodoxos não raro falharam em reconhecer a importância das contribuições de Bookchin, assim como a pertinência de suas preocupações com a atualização do pensamento e da prática libertários. Algumas das críticas que foram a ele endereçadas podem ser consideradas fracas ou mesmo injustas. Seja lá como for, em vez de simplesmente sonhar com comunas rurais e ecovilas, desde os anos 70 ele buscou, de modo sistemático, refletir sobre como a organização libertária poderia ser concretizada nas condições da vida urbana contemporânea (ao mesmo tempo em que deu atenção às relevantes experiências urbanas e radical-democráticas do passado, a exemplo da ateniense da Antiguidade):

³⁷ No original: “To run a Green for a mayor on a libertarian municipalist program, in short, is qualitatively different from running a provincial or state governor on a presumably libertarian municipalist program. It amounts to decontextualizing the institutions that exist in a municipality, in a province or state, and in the nation-state itself, thereby placing all three of these executive positions under a purely formal rubric. One might with equal imprecision say that because human beings and dinosaurs both have spinal cords, that they belong to the same species or even to the same genus. In each such case, an institution – be it a mayoral, councillor, or selectperson - must be seen in a municipal context as a whole, just as a president, prime minister, congressperson, or member of parliament, in turn, must be seen in the state context as a whole. From this standpoint, for Greens to run mayors is fundamentally different from running provincial and state offices. One can go into endless detailed reasons why the powers of a mayor are far more controlled and under closer public purview than those of state and provincial officeholders.”

³⁸ Reprodução de um artigo publicado na revista *Green Perspectives*, Number 20, November 1989, e posteriormente republicado em *Urbanization without Cities*. Montreal and Cheektowaga, 1992, Black Rose Books.

Minimamente, então, tentativas de iniciar assembleias podem começar com populações que variam de um modesto bairro residencial até uma dúzia ou mais de bairros. Elas podem ser coordenadas por delegados cujos mandatos são imperativos, delegados esses que são, ademais, rotativos, revogáveis e, acima de tudo, rigorosamente instruídos por escrito para apoiar ou se opor às questões, sejam lá quais forem, que aparecerem na agenda dos conselhos confederais compostos por delegados das várias assembleias de bairro.³⁹ (BOOKCHIN, 2002b, não paginado)

A importância do confederalismo foi igualmente sublinhada por ele – confederalismo esse que, diga-se de passagem, é um dos elementos que evidenciam a sua filiação às tradições oriundas do anarquismo clássico, e isso mesmo em seus trabalhos tardios – tanto por razões políticas (e culturais) quanto econômicas:

Um elemento crucial a conferir realidade ao confederalismo é a interdependência das comunidades para um autêntico mutualismo baseado em recursos, produção e processo decisório compartilhados. Enquanto uma medida razoável de auto-suficiência é desejável para cada localidade e região, o confederalismo é um meio para evitar, de um lado, o paroquialismo local, e de outro, uma extravagante divisão nacional e global do trabalho. A menos que uma comunidade seja obrigada a contar com os outros, em geral, para satisfazer importantes necessidades materiais e atingir objetivos políticos comuns, interligando-a com um todo maior, exclusivismo e paroquialismo se tornam possibilidades reais. Somente na medida em que a confederação é uma extensão da administração participativa – mediante redes confederais –, podem a descentralização e o localismo prevenir as comunidades que compõem corpos maiores de associação de se retirar paroquialmente às custas de áreas mais amplas de consociação humana.

O confederalismo é, por conseguinte, uma forma de perpetuar a interdependência entre as comunidades e regiões – de fato, é uma maneira de democratizar essa interdependência sem abdicar do princípio de controle local. Através da confederação, uma comunidade pode manter sua identidade e integridade ao mesmo tempo em que participa, na base do compartilhamento, do todo maior que constitui uma sociedade ecologicamente equilibrada.⁴⁰ (BOOKCHIN, 2002b, não paginado; grifo meu)

³⁹ No original: “Minimally then, attempts to initiate assemblies can begin with populations that range anywhere from a modest residential neighborhood to a dozen neighborhoods or more. They can be coordinated by strictly mandated delegates who are rotatable, recallable, and above all, rigorously instructed in written form to either support or oppose whatever issue that appears on the agenda of local confederal councils composed of delegates from several neighborhood assemblies.”

⁴⁰ No original: “A crucial element in giving reality to confederalism is the interdependence of communities for an authentic mutualism based on shared resources, produce, and policy-making. While a reasonable measure of self-sufficiency is desirable for each locality and region, confederalism is a means for avoiding local parochialism on the one hand and an extravagant national and global division of labor on the other. Unless a community is obliged to count on others generally to satisfy important

E:

É até ocioso nos debruçarmos sobre as sólidas razões ecológicas para se alcançar uma certa medida de autossustentabilidade. A maioria das pessoas orientadas para a proteção ambiental [*environmentally oriented people*] está atenta para o fato de que uma maciça divisão nacional e internacional do trabalho colabora extremamente para o desperdício no sentido literal do termo. Uma excessiva divisão do trabalho não somente contribui para um excesso de organização sob a forma de gigantescas burocracias e tremendos gastos de recursos ao se transportarem materiais ao longo de grandes distâncias; ela também reduz as possibilidades de se reciclar efetivamente os resíduos, evitar a poluição que tem sua fonte em centros industriais e populacionais altamente concentrados e fazer bom uso das matérias-primas locais e regionais.

De outra parte, nós não podemos ignorar o fato de que comunidades *relativamente* autossustentáveis nas quais o artesanato, a agricultura e as indústrias servem a redes definidas de comunidades confederalmente organizadas enriquecem as oportunidades e os estímulos aos quais os indivíduos são expostos, colaborando para a formação de personalidades integrais, dotadas de um rico senso de individualidade e competência. O ideal grego de um cidadão pleno [*rounded citizen*] em um ambiente balanceado [*rounded environment*] – do tipo que reaparece nas obras utópicas de Charles Fourier – foi, durante muito tempo, cultivado pelos anarquistas e socialistas do século passado.

A oportunidade para o indivíduo de dedicar sua atividade produtiva a diferentes tarefas ao longo de uma semana de trabalho atenuada (ou, na sociedade ideal de Fourier, em um dado dia) foi visto como um fator vital na superação da divisão entre atividade manual e intelectual, na transcendência das diferenças de *status* criadas por essa grande divisão do trabalho e para permitir a riqueza de experiências que viriam com a livre movimentação da indústria para o artesanato e para o cultivo de alimentos. Assim, a autossustentabilidade conduziria a uma personalidade mais rica, fortalecida pela variedade de experiências, competências e sentimentos de autoconfiança. Desgraçadamente, essa visão tem se perdido entre os esquerdistas e muitos ambientalistas de hoje, com sua guinada rumo a um liberalismo pragmático e a trágica ignorância do movimento radical de seu próprio passado visionário.⁴¹ (BOOKCHIN, 2002c, não paginado; grifos no original)

material needs and realize common political goals, interlinking it to a greater whole, exclusivity and parochialism become genuine possibilities. Only insofar as confederation is an extension of participatory administration – by means of *confederal networks* – can decentralization and localism prevent the communities that compose larger bodies of association from parochially withdrawing into themselves at the expense of wider areas of human consociation. [S] *Confederalism is thus a way of perpetuating interdependence among communities and regions – indeed, it is a way of democratizing that interdependence without surrendering the principle of local control.* Through confederation, a community can retain its identity and roundedness while participating in a sharing way with the larger whole that makes up a balanced ecological society.”

⁴¹ No original: “It is hardly necessary to explore the sound ecological reasons for achieving a certain measure of self-sustainability. Most environmentally oriented people are aware that a massive national and international division of labor is extremely wasteful in the literal sense of that term.

Além do mais, bastante atenção foi devotada por ele à questão da transformação da economia de acordo com os princípios do “municipalismo libertário”, e aos fundamentos de uma tentativa de estruturar-se em rede:

Uma política municipal, baseada em princípios comunistas, marca um avanço significativo [...] ao clamar por uma municipalização da economia – e pela sua gestão pela comunidade como parte de uma política de autogestão. Demandas sindicalistas pela “coletivização” da indústria e pelo “controle pelos trabalhadores” das unidades industriais individuais são fundamentadas em relações contratuais e de intercâmbio entre todas as empresas coletivizadas, assim indiretamente reprivatizando-se a economia e abrindo-a às formas tradicionais de propriedade privada – mesmo que cada empresa seja de propriedade coletiva. Em contraste, o municipalismo libertário literalmente politiza a economia através da dissolução da tomada de decisão econômica nos marcos do domínio cívico. Nem a fábrica nem a terra se torna uma unidade separada ou potencialmente competidora dentro de um coletivo aparentemente comunal.

Nem os trabalhadores, agricultores, técnicos, engenheiros, profissionais e assim por diante perpetuam suas identidades vocacionais enquanto interesses distintos que existem à parte do corpo de cidadãos, reunido em assembleias presenciais. A “propriedade” é integrada ao município como o componente material de um quadro cívico; na verdade, como parte de um todo maior, que é controlado pelo corpo de cidadãos em assembleia enquanto cidadãos – e não enquanto trabalhadores, agricultores, profissionais liberais ou qualquer outro de interesse especial vocacionalmente orientado.

O que é igualmente importante, a famosa “contradição” ou o famoso “antagonismo” entre a cidade e o campo, tão crucial na teoria social e na história, é transcendido pela *township*, a tradicional jurisdição da Nova Inglaterra, em que uma entidade urbana é o núcleo de seu ambiente aldeão e de produção

Not only does an excessive division of labor make for overorganization in the form of huge bureaucracies and tremendous expenditures of resources in transporting materials over great distances; it reduces the possibilities of effectively recycling wastes, avoiding pollution that may have its source in highly concentrated industrial and population centers, and making sound use of local or regional raw materials. [§] On the other hand, we cannot ignore the fact that *relatively* self-sustaining communities in which crafts, agriculture, and industries serve definable networks of confederally organized communities enrich the opportunities and stimuli to which individuals are exposed and make for more rounded personalities with a rich sense of selfhood and competence. The Greek ideal of the rounded citizen in a rounded environment – one that reappeared in Charles Fourier’s utopian works – was long cherished by the anarchists and socialists of the last century. [§] The opportunity of the individual to devote his or her productive activity to many different tasks over an attenuated work week (or in Fourier’s ideal society, over a given day) was seen as a vital factor in overcoming the division between manual and intellectual activity, in transcending status differences that this major division of work created, and in enhancing the wealth of experiences that came with a free movement from industry through crafts to food cultivation. Hence self-sustainability made for a richer self, one strengthened by variegated experiences, competencies, and assurances. Alas, this vision has been lost by leftists and many environmentalists today, with their shift toward a pragmatic liberalism and the radical movement’s tragic ignorance of its own visionary past.”

agrícola – não uma entidade urbana dominadora que se opõe a esse ambiente. Um município, com efeito, é uma pequena região dentro de outras ainda maiores, tais como o condado [*county*] e jurisdições políticas mais vastas.⁴² (BOOKCHIN, 2002b, não paginado)

Como a seguinte citação bem demonstra, ele não era, de jeito nenhum, adepto de um “localismo” paroquial e nostálgico:

Se muitas pessoas pragmáticas são cegas para a importância da descentralização, muitos no movimento ecológico tendem a ignorar os problemas reais com o “localismo” – problemas que não são menos preocupantes que os levantados por um globalismo que promove uma total dependência recíproca dos lugares em escala mundial, no que concerne à vida econômica e política. Sem tais mudanças culturais e políticas no âmbito da totalidade, tal como tenho defendido, noções de descentralização que enfatizam o isolamento localista e um grau de autossuficiência podem levar ao provincianismo cultural e ao chau-

⁴² No original: “A municipal politics, based on communalist principles, scores a significant advance (...) by calling for the municipalization of the economy – and its management by the community as part of a politics of self-management. Syndicalist demands for the ‘collectivization’ of industry and ‘workers’ control’ of individual industrial units are based on contractual and exchange relationships between all collectivized enterprises, thereby indirectly reprivatizing the economy and opening it to traditional forms of private property – even if each enterprise is collectively owned. By contrast, libertarian municipalism literally politicizes the economy by dissolving economic decision-making into the civic domain. Neither factory nor land becomes a separate or potentially competitive unit within a seemingly communal collective. [§] Nor do workers, farmers, technicians, engineers, professionals, and the like perpetuate their vocational identities as separate interests that exist apart from the citizen body in face-to-face assemblies. ‘Property’ is integrated into the municipality as the material component of a civic framework, indeed as part of a larger whole that is controlled by the citizen body in assembly as citizens – not as workers, farmers, professionals, or any other vocationally oriented special-interest groups. [§] What is equally important, the famous ‘contradiction’ or ‘antagonism’ between town and country, so crucial in social theory and history, is transcended by the township, the traditional New England jurisdiction, in which an urban entity is the nucleus of its agricultural and village environs – not a domineering urban entity that stands opposed to them. A township, in effect, is a small region within still larger ones, such as the county and larger political jurisdictions. E prossegue ele, no parágrafo seguinte: “So conceived, the municipalization of the economy should be distinguished not only from corporatization but also from seemingly more ‘radical’ demands such as nationalization and collectivization. Nationalization of the economy invariably has led to bureaucratic and top-down economic control; collectivization, in turn, could easily lead to a privatized economy in a collectivized form with the perpetuation of class or caste identities. By contrast, municipalization would bring the economy as a whole into the orbit of the public sphere, where economic policy could be formulated by the entire community – notably its citizens in face-to-face relationships working to achieve a general interest that surmounts separate, vocationally defined specific interests. The economy would cease to be merely an economy in the conventional sense of the term, composed of capitalistic, nationalized, or ‘worker-controlled’ enterprises. It would become the economy of the polis or the municipality. The municipality, more precisely, the citizen body in face-to-face assembly, would absorb the economy into its public business, divesting it of a separate identity that can become privatized into a self-serving enterprise.”

vinismo. O paroquialismo pode levar a problemas que são tão graves quanto uma mentalidade “global” que passa por cima da singularidade das culturas, as peculiaridades dos ecossistemas e das ecorregiões, bem como da necessidade de uma vida comunitária em escala humana, a qual torna uma democracia participativa possível. Esse não é um problema menor hoje em dia, em um movimento ecológico que tende a oscilar entre extremos bem intencionados, porém ingênuos. Nunca é demais repetir, com a devida ênfase, que nós devemos encontrar uma maneira de compartilhar o mundo com outros seres humanos e com formas de vida não humanas, visão essa que frequentemente é difícil de alcançar em comunidades demasiado “autossuficientes”. Por mais que eu respeite as intenções daqueles que defendem a autossuficiência [*self-reliance*] e a autosustentabilidade locais, esses conceitos podem ser altamente enganadores. Eu certamente posso concordar com David Morris, do Institute for Local Self-Reliance, por exemplo, em que se uma comunidade pode produzir ela mesma as coisas de que necessita, ela provavelmente deve fazê-lo. Mas comunidades autossustentáveis não conseguem produzir todas as coisas de que precisam – a menos que isso envolva um retorno a um modo de vida aldeão fatigante que, historicamente, muitas vezes envelheceu prematuramente os homens e as mulheres devido ao trabalho pesado e deixou-lhes muito pouco tempo para ir além dos limites imediatos da própria comunidade. Lamento dizer que há pessoas no movimento ecológico que, de fato, defendem o retorno a uma economia altamente intensiva de mão de obra, para não falar em divindades da Idade da Pedra. Claramente, é preciso dar aos ideais do localismo, do descentralismo e da autossustentabilidade um significado maior e mais pleno.⁴³ (BOOKCHIN, 2002c, não paginado; grifo meu)

⁴³ No original: “If many pragmatic people are blind to the importance of decentralism, many in the ecology movement tend to ignore very real problems with ‘localism’ – problems that are no less troubling than the problems raised by a globalism that fosters a total interlocking of economic and political life on a worldwide basis. Without such wholistic cultural and political changes as I have advocated, notions of decentralism that emphasize localist isolation and a degree of self-sufficiency may lead to cultural parochialism and chauvinism. Parochialism can lead to problems that are as serious as a “global” mentality that overlooks the uniqueness of cultures, the peculiarities of ecosystems and ecoregions, and the need for a humanly scaled community life that makes a participatory democracy possible. This is no minor issue today, in an ecology movement that tends to swing toward very well-meaning but rather naive extremes. I cannot repeat too emphatically that we must find a way of sharing the world with other humans and with nonhuman forms of life, a view that is often difficult to attain in overly ‘self-sufficient’ communities. § Much as I respect the intentions of those who advocate local self-reliance and self-sustainability, these concepts can be highly misleading. I can certainly agree with David Morris of the Institute for Local Self-Reliance, for example, that if a community can produce the things it needs, it should probably do so. But self-sustaining communities cannot produce all the things they need – unless it involves a return to a back-breaking way of village life that historically often prematurely aged its men and women with hard work and allowed them very little time for political life beyond the immediate confines of the community itself. § I regret to say that there are people in the ecology movement who do, in fact, advocate a return to a highly labor-intensive economy, not to speak of Stone Age deities. Clearly, we must give the ideals of localism, decentralism, and self-sustainability greater and fuller meaning.”

Bookchin introduziu vários temas e discussões relevantes na agenda libertária do século XX. Alguns de seus enfoques e de suas sugestões foram bem recebidos por anarquistas mais tradicionais; já outros, e principalmente o “municipalismo libertário”, foram e são em geral olhados com desconfiança, tendo suscitado acaloradas controvérsias. Infelizmente, sua evolução intelectual comportou um pouco de “jogar fora o bebê com a água do banho”: ao mesmo tempo em que ele ia lapidando, progressivamente, sua sensibilidade espacial, com destaque ao que se refere às particularidades e problemas da espacialidade urbana contemporânea, ele abriu mão, em parte, de sua prudência libertária em favor de uma estratégia ao mesmo tempo interessante e problemática de luta institucional. Sem embargo, em que pesem os aspectos controvertidos e fracos de sua obra, Bookchin e suas ideias deveriam ser vistos como uma parte fundamental da herança libertária – bem como um exemplo, em larga medida válido e inspirador, de atualização do pensamento libertário.

A linhagem libertária, a “geograficidade” e o urbano (2): a contribuição do “Sul”

De anarquistas clássicos como Proudhon, Bakunin, Reclus, Kropotkin e Malatesta, até um neoanarquista como Murray Bookchin e um autonomista como Cornelius Castoriadis – sem esquecer autores próximos do pensamento libertário, representativos de um pensamento crítico não autoritário, independente de poderem ou deverem ser classificados como libertários, como Foucault, Deleuze e Guattari –, toda uma tradição (ou antes um conjunto heteróclito de tradições) que, alternativamente, tanto ao pensamento burguês quanto ao marxismo, emergiu na Europa e nos EUA desde o século XIX e, com altos e baixos, se manteve viva, recusou-se a morrer e hoje se reapresenta com inusitado vigor. Contudo, não se trata, de modo algum, apenas de Europa e Estados Unidos. Se, no início do século XIX, Malatesta e, depois, Diego Abad de Santillán rumavam para a Argentina, buscando refúgio e, ao mesmo tempo, tentando organizar a classe trabalhadora, levando consigo os ideais anarquistas,⁴⁴ há anos é fácil perceber que movimentos do “Sul” influenciam movimentos e intelectuais do “Norte”, como zapatistas e *piqueteros* demonstram. E não é só

⁴⁴ O Brasil foi um destino secundário para os principais intelectuais e agitadores anarquistas europeus, mas não foi totalmente desprovido de relevo: o erudito anarquista português Neno Vasco, que aqui viveu vários anos, pode ser reivindicado como exemplo.

uma questão de “práticas”, genericamente, mas de *práxis* devidamente refletida também ou sobretudo no próprio “Sul” – do *Subcomandante Insurgente* Marcos, ao intelectual e jornalista uruguaio Raúl Zibechi.

É lamentável que mesmo alguns brilhantes autores europeus e estadunidenses de esquerda podem, às vezes, superestimar a centralidade do seu próprio ponto de vista – não apenas política ou teoricamente e no plano individual, mas também em sentido mais amplo: culturalmente/geograficamente. Isso se deve, ao menos em parte, ao fato de que eles pensam que as coisas mais relevantes em matéria de dinâmica do capitalismo contemporâneo sempre vêm do “Norte”, de modo que se poderia esperar que a “vanguarda” (a propósito, uma noção bem problemática!) em termos de contribuições intelectuais, particularmente de cunho teórico, sempre viria de lá... Por exemplo, em seu já mencionado importante livro *The End of Utopia*, Russell Jacoby, imperturbavelmente diz que “[t]irando alguns teimosos em capitais e campi dispersos, os intelectuais se transformaram em liberais inconsistentes e indecisos”⁴⁵ (JACOBY, 2000, p. 10). É mesmo? É assim tão simples?... Ter-se-iam tornado todos os intelectuais de esquerda nada mais que criaturas complacentes, vazias de qualquer radicalismo? Com certeza, é muito difícil negar que o nosso tempo é largamente uma “era de conformismo generalizado” (“*époque du conformisme généralisé*”, como expressou Castoriadis em fins dos anos 80). Ao mesmo tempo, um *statement* como aquele feito por Jacoby revela, aos olhos de um observador latino-americano, uma ignorância um tanto irritante e arrogante no que concerne à vitalidade da resistência e do pensamento fora do eixo EUA-Europa Ocidental. É evidente que a maior parte dos intelectuais que trabalham e, às vezes, cooperam com movimentos sociais naqueles tais “*stray capitals and campuses*” não publicam regularmente em inglês. Muito menos em francês e alemão. Entretanto, deveria a ignorância linguística (ou o etnocentrismo) dos pesquisadores e *scholars* baseados no “Norte” desempenhar um papel tão decisivo como parâmetro do seu julgamento da centralidade, criatividade e relevância política da vida política e intelectual? Katharine Rankin, em um artigo científico sobre o tema do “planejamento crítico”, está dizendo uma bem conhecida verdade quando afirma que “o que ocorre a título de reações progressistas à crise financeira na

⁴⁵ No original: “[a]part from a few diehards in stray capitals and campuses, intellectuals have become willy-nilly liberals”.

argentina ou na Bolívia parece não ser de muito interesse nos centros metropolitanos do Norte global”⁴⁶ (RANKIN, 2009, p. 222). Mas... o que dizer dos intelectuais do “Norte”? Talvez a assim chamada perspectiva “*post-colonial*” pudesse beneficiar-se um pouco das ideias desenvolvidas pelo *Subcomandante Insurgente Marcos* em suas provocantes falas realizadas durante um colóquio em San Cristóbal de las Casas (Chiapas), em dezembro de 2007, sob o título *Ni el Centro ni la Periferia* (MARCOS, 2009), nas quais as visões hegemônicas sobre centralidade e “periferidade” são desafiadas.⁴⁷

Nós não deveríamos esquecer que, em muitos sentidos, a assim chamada “(semi)periferia” tem sido usada pelo grande capital e pelo imperialismo como uma espécie de “laboratório”, seja de uma maneira consciente ou inconsciente. Estratégias e táticas (assim como produtos farmacêuticos, novas armas, métodos de controle social e repressão etc.) são frequentemente testadas em países “(semi)periféricos” antes de serem usadas, de um jeito modificado, nos países “centrais”... A impressão digital foi desenvolvida pelos britânicos na Índia, técnicas de tortura usadas em anos recentes pelas Forças Armadas dos EUA foram desenvolvidas ou aprimoradas na América Latina dos anos 70 (sob a supervisão de quadros das Forças Armadas e da CIA, ou não)... Esse tipo de “efeito bumerangue” já havia sido mencionado por Michel Foucault nos anos 70, como recentemente lembrou Stephen Graham (GRAHAM, 2010, p. XVII).

É necessário ir além das usuais críticas hoje bastante consensuais contra o leninismo (e, claro, o stalinismo) em material de discussão de alternativas não autoritárias, radicalmente democráticas de pensamento e práxis. E, para tanto, não podemos mais contar apenas com fontes de inspiração europeias ou estadunidenses. Como já foi dito mais atrás, abordagens radical-democráticas e libertárias vêm, desde os anos 90, conhecendo uma espécie de “renascimento”

⁴⁶ No original: “what occurs by way of progressive responses to financial crisis in Argentina or Bolivia may not seem to matter too much in the metropolitan centers of the global North”.

⁴⁷ Em nome da precisão, é necessário sublinhar que sentimentos de superioridade etnocentricamente ou sociocentricamente condicionados não podem ser confinados à (simplística) oposição “Norte/Sul”. A herança cultural de colonização e colonialismo tem contaminado muita gente – predominantemente, mas não exclusivamente pertencente às classes médias e altas – ao longo de décadas e séculos, e combinações de nacionalismo ou regionalismo, elitismo e racismo podem ser com frequência encontradas em vários níveis escalares, do internacional ao local, entre países “periféricos” e mesmo no interior deles, muitas vezes sob uma forma brutal. Evidentemente, nem o etnocentrismo nem o sociocentrismo foi inventado na Europa, mas nas formas em que podem atualmente ser observados nas ex-colônias, eles usualmente têm bastante a ver com o passado colonial e com a experiência do neocolonialismo.

– ainda que de um modo diferente ou modificado, quando comparadas com o anarquismo clássico –, tanto no mundo acadêmico quanto entre os movimentos sociais (ver, no que tange à América Latina, COLECTIVO SITUACIONES, 2002; DI MARCO *et al.*, 2003; SVAMPA; PEREYRA, 2004; REBÓN; SAAVEDRA, 2006; ZIBECHI, 2003, 2007 e 2008). No que diz respeito às contribuições acadêmicas, um diálogo renovado entre sociólogos críticos, geógrafos etc., de um lado, e as ideias de pensadores como Murray Bookchin, Cornelius Castoriadis etc., de outro, tem sido empreendido. Além disso, é válido destacar como o uruguaio Raúl Zibechi, que tem dialogado bastante com geógrafos, especialmente com geógrafos brasileiros, tem chamado a atenção para a importância do espaço, especialmente na qualidade de território, para os movimentos sociais da atualidade, sobretudo na América Latina.

Da parte dos movimentos sociais, relevantes contribuições à ressurgência de um pensamento e de uma práxis radical-libertários têm sido feitas tanto no “Norte” (uma grande parcela do movimento por “uma outra globalização” ou antiglobalização capitalista, *Reclaim the Streets*, entre outros) quanto no “Sul” (zapatistas no México, uma boa parte dos *piqueteros* na Argentina, uma parcela do movimento dos sem-teto brasileiros – conquanto não dos sem-terra, cujas organizações são predominantemente estruturadas de acordo com padrões verticais, mais ou menos leninistas...). A propósito: *autogestión*, autogestão etc. tornou-se novamente um aspecto muito importante da práxis gerada por vários movimentos sociais em diversos países em anos recentes, das fábricas recuperadas argentinas a uma parcela do movimento dos sem-teto no Brasil, passando pelo *social centres movement* no Reino Unido.

ENTRE “URBANOFOBIA” E “URBANOFILIA”: CIDADE *VERSUS* CAMPO NO PENSAMENTO LIBERTÁRIO

Em meio a uma urbanização impressionante, que na Europa do século XIX fazia par com uma industrialização acelerada, a questão “cidade ou campo?” esteve, explícita ou implicitamente, subjacente tanto ao marxismo quanto ao anarquismo. Enquanto os marxistas, quase sem exceção, se revelaram fãs das cidades e da urbanização, os anarquistas, muitas vezes, externaram pontos de vista opostos. Não seria correto, todavia, resumir a isso a posição dos anarquistas, muito menos apenas atribuir as suas objeções e reservas a propósito das grandes cidades e da urbanização a valores românticos e passadistas de uma

“volta à natureza” – ainda que, no caso de vários autores, eles estivessem, sem dúvida, presentes. A visão libertária sobre o assunto foi, na verdade, tipicamente mais variada que a marxista, e mesmo dois amigos e companheiros como Reclus e Kropotkin representaram ênfases e olhares diferentes.

Reclus sempre se mostrou muito atento e crítico em face das misérias da cidade capitalista – ressaltando, por exemplo, que “a cidade reflete o espírito da sociedade que a cria”⁴⁸ (RECLUS, 1895, p. 263), mas ao mesmo tempo rejeitando uma simplística “urbanofobia” (“o coração da cidade é patrimônio de todos”⁴⁹ [RECLUS, 1895, p. 264]). Seu ensaio “*The evolution of cities*”, sua primeira grande incursão no assunto, é, aliás, repleto de *insights* teóricos relevantes. Ele precedeu a publicação de *L’Homme et la Terre* em dez anos, e pode ser considerado como uma das mais interessantes e duradouras realizações de Reclus.

A seguinte passagem não deixa dúvidas de que a abordagem reclusiana dos problemas urbanos estava a anos-luz de distância de qualquer motivação tipicamente “urbanofóbica”:

As cidades que vemos crescendo diariamente, quase de hora em hora, projetando como um polvo seus longos tentáculos sobre o campo, seriam de fato monstros, vampiros gigantescos, sugando a vida dos homens. Mas todo fenômeno é complexo. Se os piores, os depravados e os decadentes ardem ou apodrecem mais rapidamente em um meio furioso de prazer e já em dissolução, os melhores, aqueles que querem aprender e buscar oportunidades para pensar, para se aprimorar, de crescer como escritores e artistas, ou mesmo como apóstolos de alguma verdade, aqueles que devotamente se dirigem aos museus, às escolas, às bibliotecas e revivem seus ideais no contato com outros homens igualmente amantes das grandes coisas, não são eles igualmente os migrantes das cidades, e não é graças a eles que a carruagem da civilização humana continua a rolar através dos tempos? Quando as cidades crescem, a humanidade progride, e quando elas declinam, o corpo social ameaça regredir à barbárie.⁵⁰ (RECLUS, 1905-1908, vol. V, p. 339).

⁴⁸ No original: “the town reflects the spirit of the society which creates it”.

⁴⁹ No original: “the heart of the city is the patrimony of all”.

⁵⁰ No original: “Ces villes que l’on voit grandir de jour en jour, presque d’heure en heure, projetant comme des pieuvres leurs longs tentacules dans les campagnes, seraient en effet des monstres, des vampires gigantesques, suçant la vie des hommes. Mais tout phénomène est complexe. Si les pires, les dépravés et les décadents vont se brûler ou pourrir plus vite dans un milieu furieux de plaisir ou déjà délirant, les meilleurs, ceux qui veulent apprendre et chercher des occasions de penser, de s’améliorer, de grandir en écrivains, en artistes, même en apôtres de quelque vérité, ceux qui se dirigent pieusement vers les musées, les écoles, les bibliothèques, et ravivent leur idéal au contact d’autres hommes également épris de grandes choses, ceux-là ne sont-ils pas aussi les immigrants des cités et n’est-ce pas grâce à eux que le char de la civilisation humaine continue de rouler à travers les âges? Quand les villes s’accroissent, l’humanité progresse, quand elles diminuent, le corps social menacé régresse vers la barbarie.”

Além do mais, anos antes de Ebenezer Howard publicar o seu famoso trabalho sobre as “cidades-jardim” (“*garden cities*”), o geógrafo e anarquista francês já havia, de modo explícito, defendido a necessidade de se combinar as vantagens relativas da cidade com aquelas do campo (RECLUS, 1895, p. 263-264). Mais tarde, em *L’Homme et la Terre*, seu enfoque das “cidades-jardim” de Howard mostrou-se crítico em face de determinadas fraquezas: “[...] mas são sempre os privilegiados que vivem nas cidades-jardim, e a boa vontade dos filantropos não é suficiente para conjurar as consequências do antagonismo que existe entre o Capital e o Trabalho”⁵¹ (RECLUS, 1905-1908, vol. V, p. 371).

O reconhecimento da complexidade e da diversidade das cidades, por parte de Reclus, (“[m]as a cidade é também uma personagem muito complexa, e cada um de seus diversos bairros se distingue dos demais por uma natureza particular”⁵² [RECLUS, 1905-1908, vol. V, p. 354]), não obliterou sua aguda compreensão dos conflitos sociais: “[c]onsiderando adequadamente as coisas, todas as questões de administração urbana [*d’édilité*] se confundem com a própria questão social”⁵³ (RECLUS, 1905-1908, vol. V, p. 370).

Não obstante, conquanto ele não usasse eufemismos para descrever as “conditions hygiéniques déplorables” dos *slums* (casas de cômodos e cortiços) de seu tempo (o que, no caso de Manchester, ele fez com a ajuda de um mapa [RECLUS, 1905-1908, vol. V, p. 373]), Reclus – em contraste com Engels, assim como também com vários anarquistas – não pode ser, de jeito nenhum, acusado de ter cultivado qualquer visão simplista sobre as cidades. Esta última citação ilustra muito bem esse ponto:

Uma futura aglomeração de dez, vinte milhões de pessoas, seja na bacia inferior do Tâmsa, seja na foz do Hudson, ou em qualquer outro lugar atraente, não será nada surpreendente, e devemos mesmo preparar nossos espíritos para encarar isso como um fenômeno normal da vida das sociedades.⁵⁴ (RECLUS, 1905-1908, vol. V, p. 374-376)

⁵¹ No original: “[...] mais ce son toujours des privilégiés qui habitent les villes-jardins et le bon vouloir des philanthropes n’est pas suffisant à conjurer les conséquences de l’antagonisme qui existe entre le Capital et le Travail.”

⁵² No original: “[m]ais la ville est aussi un personnage très complexe, et chacun de ses divers quartiers se distingue des autres par une nature particulière.”

⁵³ No original: “[a] bien considérer les choses, toute question d’édilité se confond avec la question sociale elle-même.”

⁵⁴ No original: “Une prochaine agglomération de dix, de vingt millions d’hommes, soit dans le bassin inférieur de la Tamise, soit à la bouche du Hudson, ou dans tout autre lieu d’appel, n’aurait

Assim como Reclus, tampouco Kropotkin era um “urbanóforo”. Basta vermos o que ele escreve em uma carta a propósito da fundação de uma colônia anarquista na Inglaterra (que, em sua opinião, semelhante à de Reclus, sofreria com alguns inconvenientes, justamente por seu tamanho diminuto e o risco de isolamento):

Para ter sucesso, o experimento comunista, sendo uma experiência de adaptação mutual entre seres humanos, deve se realizar em grande escala. Uma cidade inteira, de pelo menos vinte mil habitantes, deve organizar-se para o consumo autogestionário daquilo que satisfaz as necessidades básicas da vida (moradias com seu mobiliário essencial, alimentação e vestuário), com um grande desenvolvimento de agrupamentos livres orientados para a satisfação de elevadas necessidades e de passatempos artísticos, científicos e literários – antes que seja possível dizer qualquer coisa sobre as capacidades ou incapacidades experimentalmente testadas de nossos contemporâneos para a vida comunista. (A propósito, o experimento não é tão inviável quanto possa parecer à primeira vista.)⁵⁵ (KROPOTKIN, 2002d⁵⁶, não paginado)

Entretanto, é correto identificar em Kropotkin: 1) uma familiaridade menor que a de Reclus com os problemas urbanos; 2) uma empatia e uma tolerância menores que as de Reclus para com as grandes cidades. Se, por um lado, o anarquista russo foi aquele que mais contribuiu para espacializar o princípio federativo e, na esteira de seus esforços para criticar a divisão do trabalho capitalista, desenvolver o tema da desconcentração/descentralização, por outro lado ele não aprofundou a análise da cidade. O tema da “oposição entre cidade e campo”, no entanto, muito despertou a atenção de Kropotkin, sempre preocupado com a superação dessa “oposição” – sendo essa, com certeza, ao lado de suas preocupações relativas à urbanização capitalista e ao crescimento urbano incessante, a razão pela qual ele se mostrou benevolente para com o modelo das “*garden cities*” do reformista Ebenezer Howard. Mais benevolente, diga-se

rien qui pût surprendre, et même il faut y préparer nos esprits comme à un phénomène normal de la vie des sociétés.”

⁵⁵ No original: “In order to succeed, the Communist experiment, being an experiment in mutual accommodation among humans, ought to be made on a grand scale. A whole city of, at least, 20,000 inhabitants, ought to organise itself for self-managed consumption of the first necessities of life (houses and essential furniture, food and clothing), with a large development of free groupings for the satisfaction of the higher artistic, scientific, and literary needs and hobbies – before it be possible to say anything about the experimentally tested capacities, or incapacities, of our contemporaries for Communist life. (By the way, the experiment is not so unfeasible as it might seem at first sight.)”

⁵⁶ *The Newcastle Daily Chronicle: February 20, 1985, p4.* Reimpresso em *Small Communal Experiments and Why They Fail.*

de passagem, que Reclus. No geral, porém, as contribuições de Reclus e Kropotkin, no que tange às cidades, à urbanização e à relação cidade-campo, são antes complementares que propriamente concorrentes.

Por último, retornemos a Murray Bookchin. A sensibilidade espacial de Bookchin, isto é, sua sensibilidade para com a “geograficidade” do social, se revelou sobretudo em suas reflexões sobre os problemas urbanos e em sua contribuição para o desenvolvimento de estratégias de mudança sócio-espacial adaptadas às condições das grandes cidades contemporâneas. Comece-se com a sua análise do problema da “urbanização sem cidades” (“*urbanization without cities*”).

De acordo com Bookchin, a urbanização (*urbanization*) deveria ser tratada como sendo algo bem diferente do que ele chamou de “citificação” (“*citification*”). Para ele, a urbanização contemporânea deveria ser entendida como um processo produzido pelo capitalismo – um processo que, na essência, destruiria a beleza das cidades, seria antiecológico, solaparia a qualidade de vida dos cidadãos (devido aos problemas do gigantismo, daqueles envolvendo o tráfego e o transporte, da poluição ambiental etc.) e, *last but not least*, drenaria as energias cívicas (o que levaria ao enfraquecimento da cidadania, na esteira da atomização e da massificação). À diferença da urbanização, a “citificação” corresponderia a um processo de formação de verdadeiras cidades: lugares de intensa vida pública e não espaços de alienação e de conversão dos cidadãos em uma massa anônima de trabalhadores e consumidores manipuláveis, politicamente acomodados e desinteressados de assuntos potencialmente relevantes do ponto de vista dos interesses coletivos. Segundo ele, a urbanização contemporânea nada teria a ver com a formação de cidades como lugares nos quais poderiam florescer o espírito criativo e a liberdade: “o problema da urbanização é antitético àquele da citificação”⁵⁷ (BOOKCHIN, 1995a, p. 117⁵⁸). O uso que ele fez da palavra “cidade” soa peculiar e idiossincrático, mas faz sentido à luz da história, como ele repetidamente sublinhou, levando em conta a história urbana e destacando exemplos tão diversos como a antiga *pólis* grega, cidades europeias da Idade Média e *towns* da Nova Inglaterra nos séculos XVI e XVII: “se a metrópole moderna for vista contra o pano de fundo mais amplo da história

⁵⁷ No original: “the problem of urbanization is antithetical to citification.”

⁵⁸ Trata-se de uma versão revisada de *Urbanization without Cities*.

urbana, ela será vista como a completa negação da vida cidadina tal como esta era concebida durante as eras mais civilizadas do passado”⁵⁹ (BOOKCHIN, 1974, p. vii-viii). Não é acidental que

Nós estejamos perdendo, paulatinamente, uma concepção humanística do próprio significado da palavra “cidade”. Paradoxalmente, nós vivemos em um mundo marcado por uma acentuada urbanização – mas onde faltam autênticas cidades.⁶⁰ (BOOKCHIN, 1974, p. viii)

E não somente as cidades – dada a sua condição de espaços potenciais, *par excellence*, para o cultivo do espírito, a prática da genuína democracia e a transmissão da cultura – estariam ameaçadas; considerando todos os profundamente antiecológicos aspectos da urbanização, esta afetaria de modo negativo também o campo, para muito além daquilo que os marxistas têm considerado, desde Marx e Engels, como sendo o aspecto positivo da urbanização capitalista desde os seus primórdios: a captura ou “colonização” do campo por (grandes) cidades, tanto econômica quanto política e culturalmente:

O espaço da cidade, com sua proximidade humana, seus bairros variados e sua política em escala humana – assim como o espaço rural, com a sua proximidade com a natureza, seu elevado senso de ajuda mútua e suas relações familiares fortes – está sendo absorvido pela urbanização, com seus sufocantes traços de anonimato, homogeneização e gigantismo institucional.⁶¹ (BOOKCHIN, 1992, p. 3)

Ou, como ele, com eloquência, sintetizou: “a verdade é que tanto a cidade quanto o campo estão, hoje, sob cerco – um cerco que ameaça o próprio lugar da humanidade no ambiente natural”⁶² (BOOKCHIN, 1992, p. 3).

Precisamos transformar o atual padrão de expansão de espaços urbanos densamente povoados, substituindo isso por federações de cidades e vilas muito menores, cercadas por pequenas propriedades agrícolas onde se pratica uma

⁵⁹ No original: “[i]f the modern metropolis is viewed against the larger background of urban history, it will be seen as the complete negation of city life as it was conceived during the more civilized eras of the past.”

⁶⁰ No original: “[w]e are slowly losing a humanistic conception of the very meaning of the word “city.” Paradoxically, we live in a world marked by rampant urbanization – but one that lacks real cities.”

⁶¹ No original: “[c]ity space with its human propinquity, distinctive neighborhoods, and humanly scaled politics – like rural space, with its closeness to nature, its high sense of mutual aid, and its strong family relationships – is being absorbed by urbanization, with its smothering traits of anonymity, homogenization, and institutional gigantism”.

⁶² No original: “[t]he truth is that the city *and* the country are under siege today – a siege that threatens humanity’s very place in the natural environment”.

agricultura diversificada e orgânica para a própria área local e ligadas entre si por cinturões de árvores, pastagens e prados. Em lugares acidentados e montanhosos, terrenos com declividade acentuada devem ser deixados cobertos por floresta para evitar a erosão, conservar a água e sustentar a vida selvagem. Além disso, cada cidade ou vila deve conter muitos pomares, hortas e jardins, hortos, parques e córregos e lagoas que sustentem peixes e aves aquáticas. Dessa forma, o campo não apenas constitui o entorno imediato da cidade, mas também a impregna.⁶³ (BOOKCHIN *et al.*, 1991, p. 79)

As contribuições de Bookchin sobre a organização libertária nas condições do mundo contemporâneo ajudam-nos na necessária imunização contra preconceitos e simplismos de tipo “urbanofóbico”, ao mesmo tempo em que não nos induzem a resvalar para simplificações e omissões do tipo oposto, exagerada ou acriticamente “urbanófilas”. Em grande parte, sua análise é mais profunda que a de Henri Lefebvre, e a exigência de uma reconfiguração sócio-espacial que deriva de suas análises possui um alcance mais amplo que a fórmula lefebvriana do “direito à cidade”.

PARA (QUASE) ARREMATAR

Por tudo o que foi dito e documentado até agora, uma coisa salta aos olhos: a contribuição do heterogêneo e rico campo libertário para os estudos urbanos tem sido subestimada e subaproveitada. Tanto da parte dos “suspeitos mais usuais”, os conservadores em sentido estrito, quanto da parte dos marxistas, uma conspiração do silêncio vem, há muito tempo, prejudicando uma avaliação justa do legado da linhagem libertária, do século XIX até agora. Tem havido, sem dúvida, as exceções de praxe, como os esforços das últimas décadas para “reabilitar” Reclus. Mesmo essas exceções, todavia, costumam ser bastante imperfeitas e limitadas.

O marxismo alcançou, sem dúvida, grandes realizações no campo teórico. Mesmo concordando com intelectuais libertários como Bookchin, e principalmente Castoriadis, que colaboraram de maneira ímpar para abrir os nossos

⁶³ No original: “[w]e need to transform the current pattern of densely populated urban sprawl into federations of much smaller cities and towns surrounded by small farms that practice diversified, organic agriculture for the local area and are linked to each other by tree belts, pastures and meadows. In rolling, hilly, or mountainous country, land with sharp gradients should be left covered by timber to prevent erosion, conserve water, and support wildlife. Furthermore, each city and town should contain many vegetable and flower gardens, attractive arbors, park land, and streams and ponds which support fish and aquatic birds. In this way, the countryside would not only constitute the immediate environs of the city but would also directly infuse the city”.

olhos quanto ao “real valor” e aos problemas de grande parte do imponente edifício teórico do marxismo e já começando pelo próprio Marx, ao relativizar a sua pertinência, radicalidade e mesmo consistência, seria injusto e mesmo tolo pretender negar a significativa quantidade de pensadores marxistas, notadamente “heterodoxos”, que colaboraram para enriquecer o patrimônio comum do pensamento crítico: de Anton Pannekoek e Karl Korsch a Edward P. Thompson, Henri Lefebvre, Herbert Marcuse e Raymond Williams, não são poucos os nomes relevantes que poderiam ser arrolados. E, apesar disso, o marxismo nunca teve aquilo que seus partidários com frequência deram a impressão que tivesse: o monopólio do pensamento crítico-radical. Pelo contrário: ainda que em geral trajando vestes intelectuais menos vistosas, dado que comumente não puderam, souberam ou quiseram aproveitar as mesmas oportunidades de carreira acadêmica que se abriram para os marxistas ao longo do século passado, os libertários foram, a rigor, mais ousados em sua crítica da heteronomia e da injustiça social que os herdeiros de Marx. Essa maior ousadia libertária não é válida somente em um plano muito geral, podendo ser aplicada também à análise das cidades e da urbanização, como se pode ver por Bookchin. É uma lástima, sem dúvida, que o mais audacioso, genial e profundo de todos os libertários da segunda metade do século XX, Cornelius Castoriadis, não tenha dado a devida atenção à dimensão espacial da sociedade ou a temas urbanos, conforme se registrou já na nota 14. Mesmo assim, tomando por base as suas reflexões, é possível avançar de modo extraordinário; eis, portanto, uma tarefa para os pesquisadores sócio-espaciais do presente e do futuro.

O marxismo está em crise. Se isso ainda era, algumas décadas atrás, negado por um Perry Anderson, hoje em dia um intelectual marxista honesto como Russell Jacoby admite, em tom melancólico, esse estado de coisas. O fato, contudo, é que o pensamento e a práxis libertários não estão em crise. Estão, bem ao contrário, reemergindo, renascendo desde os anos 90, como uma fênix. O processo está longe de ser coerente ou isento de armadilhas: topamos com hibridismos desconcertantes (fruto de uma influência persistente e insidiosa dos vários “marxismos heterodoxos” que durante décadas têm vicejado à sombra de posições universitárias institucionais), com situações de parcial desconhecimento do próprio passado e das próprias realizações, com inseguranças e, não raro, também com casos de excessiva autoconfiança (nutrida por dogmatismo e sectarismo)... Mas, mesmo assim, a curva que se observa é ascendente, ao passo

que não se pode dizer a mesma coisa do marxismo. Muito embora o futuro seja incerto, em matéria de pensamento e práxis emancipatórios, ele está representado, acima de tudo, pelo campo libertário. Oxalá a pesquisa urbana possa refletir, cada vez melhor, esse quadro.

Por fim, na seção a seguir, são apresentados os trabalhos incluídos neste número, juntamente com algumas palavras sobre os seus autores.

APRESENTANDO OS AUTORES E OS TRABALHOS DESTES NÚMERO TEMÁTICO

A linhagem libertária é ainda mais antiga que a marxista. Porém, perseguida e massacrada ao longo do século XX, ela se tornou, para efeitos prático-políticos, residual a partir dos anos 40, assim permanecendo até duas décadas atrás. Afora uma ou outra erupção episódica, como a de fins dos anos 60, o espírito libertário, em sentido forte, era já quase dado como extinto – ou, pelo menos, era isso que tantos marxistas gostariam que se pensasse. Por isso, não é acidental que em meio ao renascimento que se pode constatar nos dois últimos decênios, a maior parte dos que se vêm pondo a refletir sobre a práxis libertária (e buscando retroalimentá-la) é formada por pesquisadores e intelectuais jovens. Este número temático de **Cidades** espelha muito bem tal situação: com a exceção do próprio autor destas linhas, todos os demais autores têm menos de 40 anos de idade, alguns até menos de 30. Alguns deles se identificam, fundamentalmente, com o anarquismo clássico, ao passo que outros, demonstrando com seus próprios exemplos a vitalidade e a diversidade contemporâneas do pensamento e da práxis libertários, têm buscado inspiração sobretudo nas releituras e abordagens surgidas ao longo da segunda metade do século XX, como o neoanarquismo de Murray Bookchin e o autonomismo de Cornelius Castoriadis. Sem contar, obviamente, a própria práxis dos interessantes e importantes movimentos sociais apresentados e discutidos nos trabalhos.

O artigo **Autogestão, “autoplanejamento”, autonomia: Atualidade e dificuldades das práticas espaciais libertárias dos movimentos urbanos**, de **Marcelo Lopes de Souza**, possui dois objetivos. Em primeiro lugar, o de esclarecer o significado de certos termos, apontando ao mesmo tempo para uma diversidade de acepções que, se por um lado pode confundir e mesmo indicar banalização e difusão inconsistente, por outro lado, não deixa de ser sinal de vitalidade, sempre que os movimentos sociais redescobrem e até rein-

ventam certas palavras, adaptando-as a novos contextos, diferentes daqueles de origem. Entretanto, é preciso não minimizar o problema da existência de tensões e contradições significativas, quer no plano propriamente discursivo, quer no entrecruzamento desse plano com aquele das demais práticas espaciais concretas. O esclarecimento do conteúdo dos termos autogestão, “autoplanejamento” e autonomia é feito, considerando não apenas a reflexão acadêmica a seu respeito, mas também a produção discursiva e o conjunto das práticas de certos movimentos sociais urbanos contemporâneos – com atenção para o fato de que, assim como os movimentos sociais criam um léxico que amiúde influencia e inspira a produção acadêmica engajada, esta, da mesma forma, foi historicamente apropriada de diferentes maneiras pelos movimentos sociais. O segundo objetivo deste texto é, por isso, examinar, ainda que de modo breve, as promessas e as incoerências que podem ser verificadas na autorrepresentação dos movimentos, as quais indicam possíveis (des)caminhos no tocante à difusão de certas palavras e ideias.

A “quinta coluna” da cidade heterônoma: Uma reflexão em torno das conquistas e dos limites das práticas espaciais de uma parcela do movimento dos sem-teto no Rio de Janeiro, de **Eduardo Tomazine Teixeira**, considera que as ocupações do movimento dos sem-teto Chiquinha Gonzaga (2004), Zumbi dos Palmares (2005-2011) e Quilombo das Guerreiras (2006), localizadas no Centro do Rio de Janeiro, podem ser tidas na qualidade de pequenos enclaves em que são exercitadas práticas espaciais substancialmente distintas das práticas hegemônicas de uma metrópole estruturalmente heterônoma como a do Rio de Janeiro (ou, de resto, qualquer metrópole capitalista). Deste fato deriva uma tensão que, se analisada com cuidado, ajuda-nos a elucidar o problema de como são possíveis “ganhos de autonomia” em uma cidade basicamente heterônoma através de uma ação “de baixo para cima” dos cidadãos. Alguns exemplos dessa tensão são os investimentos político-simbólicos contidos nos procedimentos de escolha dos topônimos das ocupações e a assimetria na sua apropriação pelos moradores; as dificuldades que ameaçam a autogestão dos seus territórios, instituída através dos “coletivos” dos moradores; e as tentativas, frequentemente mal sucedidas, de constituição de cooperativas autogeridas. O objetivo do artigo é, além de descrever essas tensões, tentar compreender as razões para as dificuldades, bem como o “fundamento” das soluções que uma parcela do movimento dos sem-teto tem encontrado.

A microfísica do poder instituinte: O processo de territorialização de uma ocupação de sem-teto no Rio de Janeiro é o artigo de **Rafael Gonçalves de Almeida**, no qual ele apresenta alguns resultados de sua pesquisa de mestrado, buscando lançar luz sobre o processo de territorialização das ocupações de sem-teto representativas da chamada (por SOUZA; TEIXEIRA, 2009) variante “por coletivo” (utilizando como estudo de caso a ocupação Quilombo das Guerreiras e, como “caso de contraste”, a ocupação Chiquinha Gonzaga). Como ele bem salienta, o território é algo que está “sempre em processo de fazer-se”, além de ser “imaneente às relações de poder”. Dessa maneira, qualquer processo de territorialização envolve, necessariamente, mais que a mera delimitação de fronteiras e limites, uma vez que o território incide nas “maneiras de fazer” dos indivíduos, condicionando-as. É justamente isso que, nas palavras do autor, “torna tais processos ainda mais relevantes para a elaboração de ferramentas de luta e de organização empregadas pelos movimentos sociais.”

Em seu artigo **Entre territórios dissidentes, utopias e lutas: Notas sobre a Comunidade Autônoma Utopia e Luta (Porto Alegre)**, **Renata Ferreira da Silveira** nos apresenta a Comunidade Autônoma Utopia e Luta, sua história, sua organização, suas relações de poder e sua quotidianidade, no contexto de uma reflexão sobre a busca pela autogestão. Para tanto, a autora oferece, de início, uma breve incursão nos temas da autogestão e do anarquismo especificista (interpretação que, surgida nos marcos da Federação Anarquista Uruguaia [FAU], encontra hoje certa influência no Brasil), para, em seguida, debruçar-se sobre o riquíssimo cotidiano da referida ocupação – que Renata Silveira, acompanhando uma determinada sugestão terminológico-conceitual, com apuro caracteriza como um exemplo de território dissidente.

Em seguida, em seu trabalho **Difusão da cultura punk como difusão da ideia de anarquia**, **Nécio Turra Neto** aborda uma faceta ainda hoje relativamente pouco discutida do movimento libertário: a cultura (anarco-)punk. Como salienta o autor, “caminhos tortuosos conduziram a cultura punk até o anarquismo, formando no seio desta cultura a dissidência anarcopunk e, com ela, o movimento anarcopunk”. Trata-se de um movimento que há muito se faz presente em várias cidades brasileiras, e não somente em metrópoles. No entanto, como Nécio também destaca, esse movimento “não conseguiu salvar a cultura política punk das investidas da indústria cultural, que continua importante canal de difusão desta cultura para contextos urbanos os mais di-

versos.” Após tentar traçar a trajetória de aproximação entre a cultura *punk* e o anarquismo, tanto no mundo quanto no Brasil, o autor detalha informações referentes a dois contextos locais específicos, velhos conhecidos seus: as cidades de Londrina e Guarapuava, no Paraná.

São Paulo no limiar do século XX: O operariado enquanto subvertedor da “ordem” espacial é o título da contribuição de **Amir El Hakim de Paula**, cujo artigo tem como objetivo discutir de que forma a cidade de São Paulo passou por um processo de segregação espacial no início do século XX, relegando às classes mais pobres os arrabaldes, e como a classe operária, organizada sob o anarcossindicalismo, questionou essa situação. O autor focaliza as greves e as manifestações públicas enquanto instrumentos de luta e protesto, a fim de possibilitar a emergência de um espaço mais democrático. Duas manifestações dos trabalhadores recebem destaque especial, no que tange ao que o autor denomina uma apropriação espacial operária: as Manifestações contra a Carestia de Vida, de 1913, e a Greve Geral de 1917. Tais eventos já foram discutidos no âmbito da História e da Sociologia, mas o texto de Amir tenta colaborar para preencher a lacuna que são os aspectos espaciais desses dois movimentos.

O artigo de **Glauco Bruce Rodrigues**, **Territórios libertários: a experiência anarquista de autogestão na cidade de Barcelona durante a Guerra Civil Espanhola (1936-1939)** tem como objetivo geral realizar a análise das práticas espaciais protagonizadas pelos anarquistas durante a Guerra Civil espanhola na capital da Catalunha. Após uma introdução em que são analisados o contexto e as causas da Guerra Civil, os agentes e os projetos políticos envolvidos, o autor discorre sobre as características de Barcelona antes da Guerra Civil, a fim de ser possível avaliar os impactos das transformações realizadas pelos anarquistas: o padrão de segregação sócio-espacial, as estratégias de sobrevivência dos desempregados, as práticas de controle e vigilância do espaço urbano, a mobilidade, a produção do espaço de referência identitária baseada na experiência do bairro e, por fim, os conflitos de classe que contribuíram para conformar o espaço urbano em questão. Por último, Glauco analisa as práticas espaciais dos anarquistas e seus impactos na gestão e planejamento urbanos: o processo de coletivização, a constituição dos comitês revolucionários de bairros e os novos usos do espaço urbano. É avaliada a intensidade das transformações que foram realizadas, tendo por finalidade fazer um balanço crítico da experiência anarquista espanhola, em particular, em Barcelona.

Fechando este número temático, o artigo **Ativismo transnacional e espaços urbanos fronteiriços: Possibilidades de uma práxis libertária**, de **Rafael Zilio Fernandes**, traz uma discussão a respeito das possibilidades da constituição de ativismos sociais transnacionais e seu significado para cidades fronteiriças. Partindo do pressuposto de que a condição fronteiriça de certas cidades representa um caso particular de espacialidade, o autor aborda as relações entre ativismos e o espaço transfronteiriço, refletindo a partir de algumas questões: como cidades que se espriam por dois países diferentes, ao longo de uma fronteira internacional, apresentam um potencial para a emergência de ativismos e, em particular, de movimentos emancipatórios? Que recursos espaciais a condição fronteiriça de determinados espaços urbanos apresenta para catalisar movimentos de caráter libertário, mesmo a fronteira sendo, numa primeira aproximação, uma expressão da heteronomia estatal instituída no espaço? Como os movimentos emancipatórios podem utilizar o espaço urbano fronteiriço enquanto instrumento ou mesmo nó de uma rede geográfica potencializadora de uma práxis libertária?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOOKCHIN, Murray. *The Limits of the City*. Nova Iorque e outros lugares: Harper Colophon Books, 1974 [1973].
- _____. *Urbanization without Cities*. The Rise and the Decline of Citizenship. Montreal e Cheektowaga: Black Rose Books, 1992.
- _____. *From Urbanization to Cities*. Toward a new politics of Citizenship. London: Cassel, 1995a.
- _____. *Social Anarchism or Lifestyle Anarchism: An Unbridgeable Chasm*. Oakland e Edimburgo: AK Press, 1995b.
- _____. *Municipalization: Community Ownership of the Economy*. 2002a [1986]. Disponível em: http://dwardmac.pitzer.edu/Anarchist_Archives/bookchin/gp/perspectives2.html. Acesso em: 12 jan. 2002.
- _____. *Libertarian municipalism: The New Municipal Agenda*. 2002b [1987]. Disponível em: http://dwardmac.pitzer.edu/Anarchist_Archives/bookchin/libmuni.html. Acesso em: 12 jan. 2002.
- _____. *The Meaning of Confederalism*. 2002c [1989]. Disponível em: http://dwardmac.pitzer.edu/Anarchist_Archives/bookchin/gp/perspectives20.html. Acesso em: 12 jan. 2002.
- _____. *Libertarian Municipalism: An Overview*. 2002d [1991]. Disponível em: http://dwardmac.pitzer.edu/Anarchist_Archives/bookchin/gp/perspectives24.html. Acesso em: 12 jan. 2002 [Reprodução de um artigo publicado na revista *Green Perspectives*, Number 24, October 1991.]

- _____. *Post-Scarcity Anarchism*. 3 ed. Edinburgh e Oakland: AK Press, 2004 ([1971],
- _____. *The Ecology of Freedom*. The Emergence and Dissolution of Hierarchy. Oakland e Edinburgh: AK Press, 2005 [1982].
- _____. *Social Ecology and Communalism*. Oakland e Edinburgh: AK Press, 2007.
- BOOKCHIN, Murray *et al.* *Defending the Earth*. A Debate Between Murray Bookchin and Dave Foreman. Montreal e Nova Iorque: Black Rose Books, 1991 [1989-1990].
- BOOKCHIN, Murray *et al.* *O bairro, a comuna, a cidade... espaços libertários!* São Paulo: Imaginário, IEL e Nu-Sol, 2003.
- BRENNER, Neil. “What is critical urban theory?”. *City*, Londres, v. 13 n. 2-3, p. 198-207, 2009.
- BRENNER, Neil; MARCUSE, Peter; MAYER, Margit. “Cities for people, not for profit: Introduction”. *City*, Londres, v. 13, n. 2-3, p. 176-184, 2009.
- CASTELLS, Manuel. *La question urbaine*. Paris: François Maspero, 1972.
- CASTORIADIS, Cornelius. *L’institution imaginaire de la société*. Paris: Seuil, 1975.
- _____. Technique. In: _____. *Les carrefours du labyrinthe*. Paris: Seuil, 1978. p. 221-248.
- _____. Introdução: socialismo e sociedade autônoma. In: _____. *Socialismo ou barbárie*. O conteúdo do socialismo. São Paulo: Brasiliense, 1983 [1979]. p. 11-34.
- _____. Introdução: a questão da história do movimento operário. In: _____. *A experiência do movimento operário*. São Paulo: Brasiliense, 1985 [1973]. p. 11-78.
- _____. L’époque du conformisme généralisé. In : _____. *Le monde morcelé – Les carrefours du labyrinthe III*. Paris: Seuil, 1990a [1989]. p. 11-24.
- _____. Pouvoir, politique, autonomie. In: _____. *Le monde morcelé – Les carrefours du labyrinthe III*. Paris: Seuil, 1990b. p. 113-139.
- _____. La démocratie comme procédure et comme régime. In: _____. *La montée de l’insignifiance – Les carrefours du labyrinthe IV*. Paris: Seuil, 1996. p. 221-241.
- CHARDAK, Henriette. *Élisée Reclus, une vie: L’homme qui aimait la Terre*. Paris: Stock, 1997.
- COLECTIVO SITUACIONES. *Apuntes para el nuevo protagonismo social*. Buenos Aires: Colectivo Situaciones e Ediciones de Mano a Mano, 2002.
- DI MARCO, G. *et al.* *Movimientos sociales en la Argentina. Asambleas: La politización de la sociedad civil*. Buenos Aires: Jorge Baudino Ediciones, 2003.
- FLEMING, Marie. *The Geography of Freedom*. Black Rose: Montreal e Nova Iorque, 1988.
- GIBLIN, Béatrice. Élisée Reclus: géographie, anarchisme. *Hérodote*, Paris, n. 2, p. 30-48. 1976.
- _____. Élisée Reclus, 1830-1905. *Hérodote*, Paris, n. 22, p. 6-13, 1981a.
- _____. Élisée Reclus et les colonisations. *Hérodote*, Paris, n. 22, p. 56-79, 1981b.
- _____. [Introdução e comentários à seleção de passagens de] *L’Homme et la Terre*, de Élisée Reclus. Paris: François Maspero, 1982. 2 vols
- GRAHAM, Stephen. *Cities under Siege: The New Military Urbanism*. Londres: Verso, 2010.

- GRONEMEYER, Marianne. Soziale Bewegungen im Dilemma. In: ENGELKE, Rolf *et al.* (org.): *Soziale Bewegungen im globalisierten Kapitalismus*. Bedingungen für emanzipative Politik, 2005. p. 9-17.
- GUÉRIN, Daniel. *L'anarchisme: De La doctrine à La pratique* [seguido de *Anarchisme et marxisme*]. Paris: Gallimard, edição revista e aumentada. 2009 [1965-1981, 1976].
- GURVITCH, Georges. *Proudhon e Marx*. Lisboa: Editorial Presença e Martins Fontes, 1980 [1964].
- HARVEY, David. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: HUCITEC, 1980 [1973].
- HERBER, Lewis [Murray Bookchin]. *Crisis in our Cities*. Death, Disease, and the Urban Plague. Englewood Cliffs (N.J.): Prentice-Hall, 1965
- HOLLOWAY, John. *Cambiar el mundo sin tomar el poder*. El significado de la revolución hoy. 3 ed. Buenos Aires: Ediciones Herramienta, 2005 [2002]. (em colaboração com a Benemérita Universidad Autónoma de Puebla).
- JACOBY, Russell. *The End of Utopia: Politics and Culture in an Age of Apathy*. Nova Iorque: Basic Books, 2000.
- KROPOTKIN, Piotr. *What Geography Ought to Be. The Nineteenth Century*. v. 18, p. 940-956, 2002a [1885]. Disponível em: http://dwardmac.pitzer.edu/Anarchist_Archives/kropotkin/whatgeobe.html. Acesso em: 12 jan. 2002
- _____. *The Industrial Village of the Future. Nineteenth Century*, p. 513-530, 2002b [1888]. Disponível em 12/01/2002: http://dwardmac.pitzer.edu/Anarchist_Archives/kropotkin/futurerevillage.pdf. Acesso em: 12 jan. 2002.
- _____. On the Teaching of Physiography. *The Geographical Journal*, v. 2, n. 4, p. 350-359, 2002c [1893]. Disponível em: http://dwardmac.pitzer.edu/Anarchist_Archives/kropotkin/teachinggeo.pdf Acessado em: 12 jan. 2002.
- _____. Proposed Communist Settlement: A New Colony for Tyneside or Wearside. 2002d [1895]. Disponível em: <http://flag.blackened.net/daver/anarchism/kropotkin/propsett.html>. Acesso em: 12 jan. 2002
- _____. *Fields, factories and workshops*. 2002e [1899]. Disponível em: http://dwardmac.pitzer.edu/Anarchist_Archives/kropotkin/fields.html. Acessado em: 12 jan. 2002.
- _____. *Mutual Aid*. Londres: Heinemann. 2002f [1902]. Disponível em: http://dwardmac.pitzer.edu/Anarchist_Archives/kropotkin/mutaidcontents.htm Acesso em: 12 jan. 2002
- _____. *The Conquest of Bread*. Nova Iorque e Londres: G.P. Putnam's Sons. 2002g [1906]. Disponível em: http://dwardmac.pitzer.edu/Anarchist_Archives/kropotkin/conquest/toc.html. Acesso em: 12 jan. 2002
- _____. *The Great French Revolution – 1789-1793*. Nova Iorque: Schocken Books. 2002h (1909). Disponível em: http://dwardmac.pitzer.edu/Anarchist_Archives/kropotkin/frenchrev/frontpiece.html Acesso em: 12 jan. 2002.
- _____. *Anarchism*. 2002i [1910]. Disponível em: http://dwardmac.pitzer.edu/Anarchist_Archives/kropotkin/britanniaanarchy.html. Acesso em: 12 jan. 2002.
- LACOSTE, Yves. Géographicité et géopolitique: Élisée Reclus. *Hérodote*, Paris, n. 22, p. 14-55. 1981.

- LEFEBVRE, Henri. *La revolución urbana*. 4 ed. Madri: Alianza Editorial, 1983 [1970].
- _____. *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes, 1991 [1968].
- _____. *L'irruption: de Nanterre au sommet*. Paris: Syllepse, 1998 [1968].
- _____. Theoretical problems of *autogestion*. In: LEFEBVRE, Henri. *Lefebvre State, Space, World*. (Edited by N. Brenner and S. Elden). Minneapolis: University of Minnesota Press, 2009 [1966]. p. 138-152.
- MARCOS [Subcomandante Insurgente]. *Ni el centro ni la periferia*. 2009 [2007]. Disponível em: http://redlatinasinfronteras.wordpress.com/2008/01/29/mex_zap-textos-presentados-por-el-sci-marcos-enlaces. Acesso em: 10 fev. 2009.
- MAYER, Margit. 'The 'Right to the City' in the context of shifting mottos of urban social movements. *City*, Londres, v. 13, n. 2-3, p. 362-74, 2009.
- NEGRI, Antonio. *O poder constituinte*. Ensaio sobre as alternativas da modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2002 [1992].
- PELLETIER, Philippe. A cidade e a Geografia Urbana em Élisée Reclus e sua época. In: COELHO, Plínio Augusto (Org). *Renovação de uma cidade/Repartição dos homens*. São Paulo: Editora Imaginário e Expressão & Arte, 2010 [2005]. p. 9-28.
- _____. A grande cidade entre barbárie e civilização em Élisée Reclus. In: CREAGH, Ronald et al.: *Élisée Reclus e a Geografia das Liberdades*. São Paulo: Imaginário e Expressão & Arte, 2011 [2007]. p. 95-124.
- RANKIN, Katharine. N. Critical development studies and the praxis of planning. *City*, Londres, v. 13 n. 2-3, p. 219-229, 2009.
- REBÓN, Julián; SAAVEDRA, Ignacio. *Empresas recuperadas: La autogestión de los trabajadores*. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2006.
- RECLUS, Élisée. Le Brésil et la colonisation [em duas partes]. *Revue des Deux Mondes*, vols. 39 (p. 930-59) e 40 (p. 375-414), 1862. Disponível em: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k64853z.r=reclus.langPT>. Acesso em: 11 out. 2010.
- _____. De l'action humaine sur la géographie physique – L'Homme et la Nature. *Revue des Deux Mondes*, vol. 54 (15 de dezembro), p. 762-771, 1864. [Comentário bibliográfico sobre *Man and Nature*, de G. P. Marsh.] Disponível em: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k66040w/f5.image.r=L%E2%80%99Homme+et+la+Nature:+De+l%E2%80%99action+humaine+sur+la+g%C3%A9ographie+physique.langPT>. Acesso em: 11 out. 2010.
- _____. Du sentiment de la Nature dans les sociétés modernes. *Revue des Deux Mondes*, vol. 63 (15 de maio), p. 352-381, 1866. Disponível em: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k660328.r=du+sentiment+de+la+nature+dans+les+soci%C3%A9t%C3%A9s+modernes.langPT>. Acesso em: 11 out. 2010.
- _____. *La Terre*. Description des phénomènes de la vie du globe. Paris: Hachette, 2 vols. 1868-1869. Disponível em: <http://gallica.bnf.fr>. Acesso em: 11 out. 2010.
- _____. *Nouvelle Géographie Universelle*. La Terre et les Hommes. Paris: Hachette, 19 vols. 1876-1894. Disponível em: <http://gallica.bnf.fr>. Acesso em: 11 out. 2010.

_____. The evolution of cities. *The Contemporary Review*, v. 67, n. 2, p. 246-264, 1985. Disponível em: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k660448.r=reclus.langPT>. Acesso em: 11 out. 2010.

_____. *L'Homme et la Terre*. Paris: Librairie Universelle, 6 vols. 1905-1908. Disponível em: <http://gallica.bnf.fr>. Acesso em: 11 out. 2010.

SARRAZIN, Hélène. *Élisée Reclus ou la passion du monde*. Paris: La Découverte, 1985.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *A prisão e a ágora*. Reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006a.

_____. *Together with the state, despite the state, against the state*: Social movements as 'critical urban planning' agents. *City*, Londres, v. 10, n. 3, p. 327-342, 2006b.

_____. *Fobópole*: O medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

_____. Social movements in the face of criminal power: The socio-political fragmentation of space and 'micro-level warlords' as challenges for emancipative urban struggles. *City*, Londres, v. 13, n. 1, p. 26-52, 2009.

SOUZA, Marcelo Lopes de; TEIXEIRA, Eduardo Tomazine. Fincando bandeiras, ressignificando o espaço: Territórios e "lugares" do movimento dos sem-teto. *Cidades*, Presidente Prudente, v. 6, n. 9, p. 29-66, 2009.

SVAMPA, Maristella; Pereyra, Sebastián. *Entre la ruta y el barrio: La experiencia de las organizaciones piqueteras*. 2 ed. Buenos Aires: Biblos, 2004 [2003].

ZIBECCHI, Raúl. *Genealogía de la revuelta. Argentina*: La sociedad en movimiento. Buenos Aires e Montevideo: Letra Libre e Nordan Comunidad, 2003.

_____. *Autonomías y emancipaciones*: América Latina en movimiento. Lima: Universidad Nacional Mayor de San Marcos, 2007.

_____. *Territorios en resistencia*: Cartografía política de las periferias urbanas latinoamericanas. Buenos Aires: Lavaca, 2008.